



ATA NÚMERO 3

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2022

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu, em sessão ordinária, pelas nove horas, no Pavilhão Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal que foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Sara Moreira Machado respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Hugo Miguel Costa Carvalho, António Jorge Vieira Ricardo, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Adriano Teixeira dos Santos, Manuel Alexandre Machado Oliveira, Ana Cristina Reis, Sílvia Isabel Araújo e Carlos Manuel Azevedo Pereira, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Alexandra Gabriela Almeida Bento Pinto, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Ercília Gonçalves Costa, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Zoio, João Carlos Santos Leite, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Amélia Oliveira, Sara Maia, André Costa Magalhães, Carlos António Silva Carvalho, **Maria de Lurdes Teixeira Coelho**, Sara Moreira Machado, **Sérgio Micael S. Carvalho**, Vítor Manuel Briga Rei, Simone Guedes Oliveira, Carlos Alberto Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, José Augusto Oliveira Araújo e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão

CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga

FREGIM – Sandra Castro Fraga

FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós

GONDAR – Hugo Vaz – substituído por Isabel Maria Teixeira Soares

GOUVEIA S. SIMÃO – Joaquim de Oliveira – substituído por Liliana Ribeiro

JAZENTE – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro

LOMBA – José Filipe de Jesus Carvalho

LOUREDO – António Jorge Barbosa Torres

LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães

MANCELOS – Ricardo Samuel Teixeira Alves

PADRONELO – Armando Jorge Pinheiro Coimbra

REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva

SALVADOR – Pedro Davide Leite Fernandes – substituído por Cláudia Ferrás

TELÕES – Ivone Sofia Pinto Ribeiro
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha
VILA CAÍZ – José António Pereira Ferreira
VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO
Américo Paulo da Silva Ribeiro – substituído por Luís Coelho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –
Ângelo Pereira Magalhães
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA –
Daniel António Teixeira Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Tei-
xeira Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Marta Inês Ribeiro da Costa Ma-
rinho – substituída por Henrique Seixas
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo – substituído por Marco Carnei-
ro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido
Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Torcato Ferreira, que foi substituído por Maria de Lurdes Teixeira Coelho, Hugo Jorge Carvalho Peixoto que foi substituído por Sérgio Micael Carvalho, Joaquim Oliveira, substituído por Liliana Ribeiro, Pedro Davide Leite Fernandes, substituído por Cláudia Conceição Ferrás Moura, Américo Paulo Silva Ribeiro, substituído por Luís Coelho e Marta Marinho, substituída por Henrique Seixas. Tomou posse o senhor Sérgio Micael Carvalho.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos com a análise e discussão da ata da reunião de 26 de fevereiro de 2022.

Relativamente à ata, nenhum senhor deputado usou da palavra e como tal foi a mesma posta de imediato à votação. Foi aprovada com 47 votos a favor, zero abstenções e zero votos contra. Não votaram esta ata, por não terem estado presentes na referida reunião e/ou não fazerem parte como membros da Assembleia Municipal na reunião anterior os senhores deputados: Sérgio Micael Carvalho, Liliana Ribeiro, Luís Coelho e Henrique Seixas, António Ferreira Soares Araújo, Carlos António Silva Carvalho e Henrique Monteiro e Hugo Vaz.

A ata acima referida foi ainda votada em minuta, por **Unanimidade**, para poder produzir efeitos imediatos.

De seguida, deram entrada na Mesa da Assembleia dois votos de pesar que foram lidos pelo senhor Presidente da Assembleia e que a seguir se transcrevem na íntegra. Assim, o primeiro voto de pesar em memória do senhor Padre Santos, é do seguinte teor: "Manuel da Silva Santos foi ordenado sacerdote a 5 de agosto de 1962 e desempenhou a sua missão durante 55 anos em várias Paróquias de Amarante, designadamente Canadelo, Olo, Vila Chã do Marão e Sanche.

Será sempre recordado por todos os que tiveram a honra de conviver com ele, como um exemplo de abnegação e simplicidade, pela dimensão humana que perdurará na memória de todos.

À família, amigos, toda a comunidade, bem como à Igreja Católica, a Assembleia Municipal de Amarante, reunida no dia 30 de abril de 2022, expressa as mais sentidas condolências neste momento de pesar”.

O segundo voto de pesar, em memória do senhor General Brochado Miranda é do seguinte teor: “Decano do Curso de Aeronáutica da Escola do Exército, O Senhor General Jorge Manuel Brochado de Miranda foi incorporado a 3 de agosto de 1945 e brevetado a 1 de outubro de 1947.

Distinta personalidade da vida militar portuguesa, exerceu várias funções nomeadamente a de Chefe do Estado-Maior da Força Aérea entre 10 de abril de 1984 e 29 de agosto de 1988.

Ao longo da sua carreira, foi agraciado com vários louvores e condecorações em Portugal e no estrangeiro.

À família, à Força Aérea Portuguesa e a todos os que sentem a sua perda, a Assembleia Municipal de Amarante, reunida no dia 30 de abril de 2022, expressa as mais sentidas condolências neste momento de pesar”.

Feita a leitura dos dois votos de pesar acima descritos, foi guardado, por toda a Assembleia um minuto de silêncio em suas memórias.

Os trabalhos continuaram e foi então dado início ao **PERÍODO DA ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Excelentíssimas senhoras e senhores deputados excelentes senhoras e senhores Presidentes Junta, excelentíssimo Público aqui presente a quem felicito em especial registando o interesse pela nossa vida pública, minhas senhoras e meus senhores: eu venho cá neste momento, antes do “período das hostilidades” entre aspas propriamente dito falar em representação da Comissão Municipal de acompanhamento da zona de prospeção de lítio Seixoso/Vieiros que como sabem, foi criada na última reunião desta Assembleia Municipal. A Comissão já teve uma primeira reunião com todos membros da comissão onde foram definidos alguns aspetos iniciais. Estamos agora em processo de aquisição de informação acerca desta relevante e preocupante temática para sabermos concretamente do que estamos a falar e também estamos em período de definição de regras de funcionamento e também de preparação de um programa de atividades. Perante a carta que foi lida no início desta Assembleia e depois no período do Público os esclarecimentos serão como é óbvio prestados pela excelentíssima Câmara Municipal mas eu, nos termos de referência da criação desta comissão, queria só dizer que a referida comissão fica autorizada a convidar para a sua composição membros da sociedade civil que possam ser uma mais-valia ao seu desempenho e portanto nesta perspetiva nós agora em período breve de definição de regras de funcionamento com certeza que é importante para nós e não só para nós para Amarante e para as zonas envolvidas convidarmos pessoas a participar nesta comissão e oportunamente terão o nosso contato para todos contribuímos o melhor possível para tentar que esta problemática não afete a nossa Terra.

Na perspetiva do que eu acabei de dizer, terão notícias em breve desta nossa Comissão e é óbvio, que comunicaremos sempre e daremos aqui relato das atividades que formos desenvolvendo e também, quando for o caso, submeteremos como é evidente a esta Assembleia a aprovação das iniciativas que acharmos mais relevantes”.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse: "Hoje, neste período antes da ordem do dia, apresento-lhe um problema grave que lesa profundamente as populações da zona rural da margem esquerda do Tâmega, porque deixaram de receber o correio de forma regular desde o início do ano. Este procedimento foi feito sem qualquer tipo de sensibilidade e sem aviso prévio por parte dos CTT às populações. Estamos perante territórios com fortes desvantagens naturais e alguns deles isolados socialmente. As pessoas que aí vivem, formam uma população vulnerável, idosa, com mobilidade reduzida, info excluída, sem rede de transportes ou deficitária e vêem-se assim privados de um serviço essencial e vital, a sua sobrevivência. Centrar ainda mais este problema é considerar que este serviço como um elemento facilitador na vida de muita gente, nomeadamente no acesso às reformas, no acesso ao serviço de encomendas, à venda de selos e de envelopes. É também de ignorar que a distribuição de correio acidental provoca um estado de ansiedade anormal nas pessoas mais idosas devido à incerteza constante de como, quando e onde vão fazer os seus pagamentos regulares de luz e água, habituados que estão a fazer os referidos pagamentos de uma forma assertiva e sem falhas. A situação ainda se agrava mais se levarmos em linha de conta que uma larga maioria das pessoas vivem de reformas mínimas que passam a ter dificuldades de acesso ao próprio dinheiro e que terão mais um custo com a deslocação acrescida. É uma população muito dependente da correspondência e dos pacotes de serviços postais, como foi o exemplo corrente em que o acontecido durante a pandemia com os pagamentos ao auxílio de emergência do Estado, ou o auxílio prestado por familiares a residir e a trabalhar no estrangeiro, aos seus familiares. O carteiro, é alguém que vem diariamente a casa e que presta um bom serviço e barato. É exatamente isso que se quer para pessoas de fracos recursos económicos. Este posicionamento empresarial não é de forma alguma justificável, tendo em atenção ao comunicado dos resultados divulgados junto da CMVM, os CTT tiveram lucros no valor de 38,4 milhões de euros em 2001. Ficou 130,4% acima do registado em 2020. Perder praticamente o último serviço de proximidade de âmbito nacional nas zonas rurais é muito preocupante visto ser aqui onde é mais observável o Inverno demográfico no Concelho de Amarante. Pensar ou repensar os nossos territórios rurais com atenção é vital para o desenvolvimento do nosso Concelho e mesmo para a nossa cidade. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, o Partido Socialista de Amarante quer expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço postal prestado em Amarante, que limita os cidadãos amarantinos dos seus direitos mais básicos. E simultaneamente, no âmbito das suas competências autárquicas, pedir para exigir junto dos CTT a distribuição diária contínua do correio, a todas as freguesias do Concelho de Amarante."

ANA MARGARIDA CARVALHO - PS

No uso da palavra disse: " Sendo uma das mais jovem deputadas desta assembleia, aquilo que me traz aqui hoje é a preocupação constante com a minha geração.

Com a geração de jovens amarantinos que sonha em viver e trabalhar em Amarante, que deseja construir aqui a sua vida.

Mas a minha geração, é confrontada com grandes dificuldades e desafios em Amarante.

Primeiramente: A nível de habitacional.

Se quisermos sair de casa dos nossos pais e encontrar um espaço para vivermos em Amarante: os valores dos arrendamentos que existem são absurdos, rendas que um jovem não consegue suportar.

E as habitações para compra são reduzidas, e de valores também muito altos!

Em segundo lugar: a nível do empregabilidade.

No nosso concelho é escassa a oferta de salários justos e dignos, para as mais diversas áreas para a qual os nossos jovens se formaram.

O Partido Socialista já sabe, que este executivo camarário justifica que hoje temos mais empresas a quererem fixar-se em Amarante, mas para nós isso não chega! A oferta de emprego dessas empresas será assim tão vasta?

Somos um concelho de jovens estudantes, jovens que saem das suas casas, deixam as suas famílias, ingressam no ensino superior, formam-se, e quando tentam voltar á sua terra... não conseguem, porque sabem que a oferta de emprego é diminuta, que os salários são baixos, e as vagas de emprego são reduzidas.

Acreditem ou não, e temos indicadores que comprovam isso mesmo, a maioria dos jovens deste concelho, aceitou que: sair de Amarante e fazer vida noutros Municípios: é a regra, e não a excepção!

Isto é hoje normal em Amarante, e é aceite por todos de forma natural.

Mas eu não posso aceitar tal destino e sei que o Partido Socialista, também não o aceita.

É necessário mudar, é necessário tomar medidas, é necessário dar justificações.

Senho Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Sras. e Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Câmara, queria ainda referir um último tema, começando por colocar a seguinte questão: De que forma podemos potenciar ainda mais a educação do nosso Município? Não é nosso dever capacitar os nossos jovens, envolve-los e fazer com que façam parte do futuro?

Com o mundo que nos rodeia em constante mutação e evolução, é preciso, e necessário criar projetos de desenvolvimento de Soft Skills, aproveitando as infraestruturas culturais, de modo a tornar os alunos amarantinos alunos de destaque e com capacidades técnicas, que consigam dar resposta e corresponder às expectativas dos novos moldes de ensino e do mercado de trabalho.

A criação de formações profissionais especializadas nas principais atividades económicas da região, sendo elas a construção civil, agricultura, metalomecânica e carpintaria entre outras.

Necessitamos de inovação, aliando o aproveitamento de espaços que se encontram inativos com o talento jovem, de forma a permitir a jovens recém formados, através de ações de voluntariado, partilharem o seu conhecimento com outros jovens do

concelho, fomentando o interesse dos jovens amarantinos na educação e desenvolvimento do nosso Município.

Tudo isto são questões importantes para o nosso futuro, para as camadas mais jovens, que querem viver, crescer e trabalhar na sua terra, junto da sua família e dos seus.

Por fim, termino englobando tudo isto que referi, numa questão: Qual é a estratégia do atual executivo camarário para que Amarante consiga que os seus jovens se fiquem cá?

Que medidas se estão a tomar atualmente? São essas medidas suficientes?

Este atual executivo camarário, para fins de marketing, afirma vezes sem conta que Amarante é a melhor cidade do mundo

Caríssimos, se Amarante realmente é, a melhor cidade do mundo... então, criem condições para os jovens de Amarante possam viver nela"

ANDRÉ MAGALHÃES – PSD

No uso da palavra disse: "Antes de mim usou da palavra aquela que é provavelmente a mais jovem membro da Assembleia Municipal e isso é algo que para nós é salutar porque cada vez vemos mais jovens preocupados não só com as políticas de Juventude, mas também com as políticas de desenvolvimento económico como um todo e desenvolvimento social de Amarante. Foram aqui levantados dois temas sobre aquela que é a política da juventude e aquilo que são as temáticas mais prementes para a juventude. Estes são efetivamente assuntos que são fraturantes e importantes não só para o concelho de Amarante, mas também um pouco para a nossa região e um pouco também por todo o país. São efetivamente assuntos que desde logo, e para que haja uma mudança de paradigma, são precisas políticas estruturais que levam um certo tempo e que infelizmente e aqui também fazendo uma retrospectiva, estes não são os problemas de agora. Na verdade a nossa geração não é muito distante uma da outra são alguns anos que separam infelizmente mais que eu gostaria mas não tão longe quanto isso, mas, infelizmente, quando eu ainda estava no início da minha vida política e a fazer as minhas primeiras intervenções nos plenários ou nas assembleias municipais ou noutros contextos, os problemas que nós enfrentávamos já na altura eram exatamente nas mesmas áreas e em alguns aspetos com indicadores ainda mais preocupantes com aqueles que nós temos hoje. Mas é verdade sim que Amarante tem hoje desafios não só na área da habitação, mas também na área de empregabilidade, na área de formação, e na área de capital humano, coisas que nos preocupam constantemente. Uma coisa que é de realçar independentemente de se querer ou não, ainda existe um hiato bem grande entre aquilo que é a realidade que nós vivemos e aquilo que nós queremos viver. Há um caminho que tem sido trilhado e que não pode ser ignorado. É importante realçar que durante os últimos anos foram lançadas um conjunto de políticas e de medidas que ajudam a combater algumas destas questões. Se falarmos pela questão da empregabilidade e começando por aí não nos importa simplesmente ter mais empresas ou criar mais empresas. A empresa, ela não é o mais importante. O que é importante é quando nós o fazemos com uma estratégia de especialização inteligente do território e conseguimos fazê-lo para trazer melhores salários para a nossa população. Durante os últimos anos, já tivemos publicamente o anúncio da vinda

de novas empresas, bem como o crescimento de empresas que estão cá no concelho a quem foram dadas condições não só para desenvolver a sua atividade aqui, mas também para terem novas instalações. Muito recentemente o Executivo camarário e nós aqui, deliberamos sobre uma empresa que vai laborar em Amarante, quer fazer um projeto de expansão para criar muitos mais postos de trabalho qualificado. Mas quando olhamos para o tipo de empresas que nós queremos criar dentro do concelho ou captar para o concelho, nós temos que chamar aquelas que são importantes para a nossa Juventude, aquelas que durante anos e anos a fio, nós não tivemos oportunidade de dar aos nossos jovens. Muito recentemente, mais sensivelmente há cerca de dois anos, tivemos um conjunto de empresas tecnológicas que se quiseram instalar em Amarante. Uma das experiências mais gratificantes que houve para o Executivo camarário foi quando anunciou a vinda das empresas tecnológicas, foi saber que muitos jovens que se estavam a formar no território fossem eles amarantinos ou da das redondezas, mas, para além desses, muitos amarantinos que ao longo dos últimos dez, quinze, vinte ou trinta anos que não tiveram oportunidade de se fixar em Amarante no final dos seus cursos e trabalhar por exemplo nas áreas tecnológicas na área de programação e que tiveram de ir para o Porto, para Lisboa, para Espanha, para Londres e para muitos outros sítios, hoje em dia, graças à vinda destas empresas, estão a ponderar, sendo que muitos já conseguiram garantir o regresso para Amarante, porque durante este período não houve nenhum momento em que isto aconteceu. Nós podemos falar disso quer na área industrial, quer na área tecnológica, como podemos estar a falar isso nas áreas de serviço e em muitas outras porque muito recentemente temos tido alguns casos. Tivemos casos como o da Jolera, a Indra, a Arentia a Fitchconnect, e ainda o caso das Casas Diff que é uma empresa a laborar cá, e que está a fazer uma expansão e um investimento muito significativo e outros que conseguimos aqui trazer. Isto para dizer que estes são indicadores relevantes de mudança de paradigma mas que sem dúvida são indicadores intermédios que só no médio prazo conseguimos inverter algumas destas situações. Realço ainda um aspecto fundamental para dizer que, quando falamos em capital humano falamos em capacitação, falamos em áreas de conhecimento que são necessárias para que os nossos jovens não só tenham as competências necessárias, mas que depois tenham a hipótese de ter um encontro com o mercado de trabalho, ou seja, com as empresas que já estão a laborar ou venham a laborar no futuro. É de realçar também o esforço que tem sido feito não só de articulação com o sistema de ensino para fortalecer não só o ensino profissional mas também outras dimensões do ensino, ou seja, em Amarante já estão a lecionar por exemplo, os técnicos superiores em áreas como é o caso das áreas de programação, da cibersegurança, da área de gestão ou então quando estamos a falar com a articulação que nós temos com entidades como o CENFIM, que ao longo dos últimos anos tem feito um trabalho incrível e que já faz oferta no setor da metalomecânica e que hoje em dia tem uma taxa de empregabilidade chamemos-lhe assim de 100% ou seja a totalidade dos seus dos seus jovens quadros integram as empresas daqui da região. Temos também um outro problema que está associado a este, que é facto de muitos destes cursos destas ofertas formativas não estarem a ser preenchidas, essencialmente por questões de natureza demográfica, o que quer dizer que há mais vagas hoje em dia para a formação nestas áreas que são prementes e que o setor precisa, do que aquelas que não estamos aqui.

Isto para realçar que há um caminho que tem sido feito e que é um caminho que é feito com projetos que não são de corte de fitas e de coisas momentâneas, mas são acima de tudo trabalhar não só na capacitação humana, mas acima de tudo também na criação de valor, de riqueza, e de inovação que é aquilo que nos pode diferenciar e não simplesmente ter um maior número de empresas e aqui simplesmente subscrevendo e concordando, mas realçando também o trabalho que tem sido desenvolvido. Quero deixar uma nota final e realçar as medidas que têm sido feitas para o estímulo à nova construção desde as várias alterações que foram feitas ao longo dos últimos anos, *para que as várias partes do território pudesse ser alvo desses planos de urbanização*, desde as zonas de expansão como por exemplo o eixo viário de Vila Meã entre outros modelos que estão hoje em dia a estimular a criação de novos projetos imobiliários que queremos que no médio prazo, possam efetivamente contribuir para atenuar um problema e antes inverter a situação. Não estamos aqui a fazer um descritivo de que este é um problema, mas sim uma oportunidade, porque Amarante tem mais oferta e muitas pessoas se fixam, não só porque têm boas condições de trabalho, mas também têm boas condições de habitabilidade. São temáticas fundamentais, mas, é também importante dizer, que há um caminho que tem sido trilhado, caminho esse que tem sido apoiado. Lanço aqui um repto à bancada do Partido Socialista para que em conjunto possamos debater as medidas concretas que podem ser tomadas para mudar o paradigma. Eu acredito também que o Executivo camarário está cá para as poder discutir e acolher. Todas aquelas medidas que possam contribuir para invertermos a situação são bem vindas, embora eu já acredite que a situação já esteja a ser invertida."

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: "Relativamente às duas intervenções que aqui foram feitas, a primeira do senhor deputado Joaquim Teixeira que falou no problema da má e tardia distribuição do correio, assunto que já me tinha sido abordado, não aqui, mas numa das reuniões da CIM. Há um problema efetivo na região no que diz respeito à distribuição e, portanto, começo por dizer que subscrevo integralmente aquilo que disse. Quero dizer-lhe ainda que há bem pouco tempo o governo renovou a concessão. Acredito que o serviço será prestado com qualidade, mas neste momento está a falhar. A própria CIM vai agora tomar diligências fazendo chegar o problema às entidades competentes. A Câmara também o fará chegar e seguramente os senhores Presidentes de Junta da margem esquerda também o farão para que realmente esta situação não continue e possa ser corrigida o mais breve possível até porque é uma preocupação de todos.

Relativamente à segunda Intervenção, a da senhora deputada Ana Margarida, eu também subscrevo aquilo que disse. Aliás, quando eu entrei para estas funções tive logo em conta esta preocupação quanto à temática da falta de oportunidades que os jovens tinham, bem como a falta de oportunidade que o território oferecia para quem quisesse investir. Quero aqui agradecer a intervenção do senhor deputado André Magalhães, porque foi ele um dos grandes responsáveis por esta inversão de mentalidade. A autarquia fez aquilo que se deve fazer em qualquer situação que é ter um plano, ter uma estratégia, ter gente capacitada e aliás, eu aproveito aqui para fazer uma ligeira crítica. Às vezes, neste mesmo local fomos por diversas vezes criticados por ter uma

equipa capacitada para trabalhar na captação de investimento, porque é nosso entendimento que é por aí que se deve começar. Quando nós criamos o InvestAmarante e deixe-me dizer que ainda há pouco o senhor deputado falava aqui de algumas empresas que vieram do setor tecnológico, estamos a falar de empresas com algum relevo como a Jolera, a Indra, a Arentia, a Fitchconnect, a Visual Presencial, etc, enfim empresas de setor tecnológico puro ou de incorporação acrescida e algumas delas multinacionais com visibilidade a nível mundial. Isto aconteceu porque houve uma estratégia, um plano ou vontade e houve também o acreditar que efetivamente somos a melhor cidade do mundo. Agora, senhora deputada deixe-me dizer-lhe que diga sempre alto e bom som que está na melhor cidade do mundo, embora seja preciso corrigir algumas situações. Eu acredito, porque é verdade, que esta cidade tem um potencial enorme. Agora, claro que é preciso corrigir muita coisa e há coisas que vão demorar muitos anos. Eu dou nota, por exemplo, de que nós desenvolvemos um plano estratégico para a indústria transformadora que foi pujante. Quem se lembra e não será o caso da senhora deputada, mas alguns da minha geração bem se lembram que Amarante era pujante em termos de indústria transformadora. Tudo isso desapareceu completamente e é preciso fazer agora um novo caminho para captar essa indústria. Para isso é preciso capacitar, é preciso ter um plano, é preciso ter infraestruturas, é preciso ser competitivo e não ter medo de ser competitivo. Eu digo isto porque há quem ache que apoiar a indústria é um erro. Nada disso. Nada disso porque é a iniciativa privada quem realmente pode alavancar e mudar a face do território. Isto tem vindo a ser feito. Se me diz que ainda é preciso muito caminho, digo-lhe que sim. Nós neste momento estamos focados numa nova zona industrial, que já está pensada, que sabemos onde é que vai ser. Para isso é preciso adquirir terrenos, é preciso infraestruturar, mas acredite que tal vai acontecer.

Brevemente irei dar conhecimento de vários planos e de várias reflexões que foram feitas relativamente a esta matéria, porque não basta dizer é preciso também aprovar tecnicamente aquilo que nós dizemos. Por isso é que nós temos efetivamente neste momento trilhado um caminho muito interessante em várias áreas, lembro por exemplo turismo. O turismo neste momento só para ter uma ideia e eu retiro os dois anos da pandemia, mas nos anos que antecederam, durante seis anos, Amarante cresceu 19% ao ano em termos de turismo. Dez pontos percentuais acima da média nacional. Isto aconteceu porque houve uma orientação. Houve aquilo da visibilidade que é preciso porque é preciso vender o território e não temos que ter medo de vender o território. Esta coisa da propaganda não é propaganda. É estratégia e capacidade de vender um produto que é um produto de excelência. Mas para vender um produto de excelência ou para as pessoas comprarem um produto de excelência, tem que o conhecer. Se nós o guardarmos na gaveta ninguém vai obviamente comprar. Por isso, nós fizemos um plano estratégico para o turismo e seguimos uma linha de orientação que deu frutos. Quando eu cheguei não havia um operador turístico em Amarante. Hoje são vários. Quando eu cheguei não havia privados a não ser há quarenta anos, a querer investir no desporto aventura potenciando o Marão a Aboboreira, os rios, etc. Neste momento temos uma empresa privada que vai investir qualquer coisa como dez milhões de euros. Isto porquê perceberam que efetivamente havia aqui toda uma abordagem, isto porque nós conseguimos mudar este paradigma, esta tendência negativa em

que Amarante estava mergulhada. Conseguimos obviamente alavancar e fazer com que realmente olhassem para nós e dissessem como disse por exemplo o ano passado um estudo insuspeito de uma multinacional a Volume Consulting, que disse que Amarante era na região do Tâmega e Sousa a melhor cidade para investir e para viver. Isto foram eles que disseram não fui eu. A nível da zona norte somos dos melhores. Ainda não somos o melhor ou seja, ainda nos falta chegar aí, continuando a investir em algumas áreas onde neste momento já estamos a investir. Deixem-me dizer também, que estamos receptivos a todos os apoios e até às críticas, obviamente bem orientadas, que nos possam dar e parcerias que possam querer fazer, porque nós não sendo donos da verdade, estamos bem intencionados relativamente àquilo que é o desenvolvimento do nosso território.

A senhora deputada, falou e bem, relativamente à grande dificuldade que temos em termos de habitação. É um drama neste momento em Amarante. Tem toda a razão. Por isso nós estamos a mudar. Eramos um dos piores territórios em termos de competitividade face à região para captar investimento privado de modo a que possam construir aqui prédios. Eramos os piores. Neste momento já conseguimos mudar e eu poderia atrever-me a dizer que somos dos melhores. Aliás, eu lembro-me que durante o período de campanha eleitoral eu dava como exemplo o valor das taxas que se pagavam, na casa dos dezoito mil euros, e que passaram a ser de cerca de nove mil euros. Alguns, até me diziam, que a Câmara ia perder muita receita. Quero dizer-lhes que não perdeu porque as pessoas que não investiam agora fazem-no. Deixem-me partilhar isto convosco – tive empresários que me diziam o seguinte: eu quero investir em Amarante, mas se em Lousada ou Felgueiras for mais competitivo começo por lá. Isto é lógico e não é preciso ir a Coimbra para perceber que eles têm razão. Por isso, nós tivemos que inverter e invertemos. Mais a mais, vamos numa próxima reunião da Assembleia, que será extraordinária a realizar em princípio no dia 7 de junho em que vamos discutir uma alteração ao PDM, que neste momento se encontra em discussão pública alteração essa que vai permitir que os prédios possam ter uma outra volumetria, onde por exemplo as varandas e os e os estacionamentos não contem para essa volumetria ou se houver casos em que contem o possam fazer até 50% do total. É um expediente que vai permitir aumentar a atratividade pelo território. Vamos também fazer uma série de investimentos que vão permitir novas áreas de expansão de Amarante. Espero que até final do ano possa haver luz verde relativamente a isso, a novas artérias, ou pelo menos lançar novas artérias para que realmente Amarante se torne mais atrativa. Bem, mas no fundo, tanto a primeira como a segunda intervenção foram oportunas. Efetivamente há muito caminho ainda para fazer, mas deixem-me dizer que eu sinto alguma satisfação por perceber que neste momento temos muita gente a querer investir. Eu dava-vos esta nota - neste momento, eu sei e isto vale o que vale, estamos a monitorizar a cerca de cento e duas empresas, de potenciais investidores, sendo que são trinta na área da indústria, quarenta e cinco na área do turismo, quatro na área da agricultura e cinco na área tecnológica, para além das que já estão. Estou a falar de outras potenciais áreas que seguramente, ao estarmos neste momento a tentar negociar e a acompanhar, nos dão um sinal de que Amarante neste momento tem oportunidades que não tinha, ou seja, já olham para nós de uma forma diferente acreditando que Amarante possa ser um bom território para investir."

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, passou-se para o Período da Assembleia destinado às **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** presente que previamente solicitou o tempo necessário para o fazer. Assim, o único cidadão a fazê-lo foi o senhor **Coronel Mota Freitas** que na sua intervenção disse: Eu estou aqui em nome de um grupo de cidadãos em que está a doutora Ana Isabel Ferreira, a doutora Maria Alice Souza, o senhor António Aurélio Macedo Patrício e eu próprio. Qualquer um de nós está ligado a determinadas associações que estão na área do ambiente ou na área da cidadania. Nessa qualidade estamos ligados a uma plataforma que foi constituída e que agrega diversas associações e que foi constituída sob a égide SOS entre Douro e Minho e que tem a ver com a questão do lítio. Folgo em saber que a associação aliás que a comissão de acompanhamento erigida na Assembleia Municipal vai ter com certeza um ponto de partida muito mais interessante do que o que aconteceu com a barragem, que foi um nado morto passe a expressão. Outra coisa curiosa é que o enquadramento legal e jurídico da questão do lítio no domínio da dominialidade estabelece que embora o domínio público do setor do lítio seja do interesse do Estado envolve inequivocamente as autarquias. Outra coisa que é interessante saber é, que na realidade, temos tudo reunido para que não voltemos ao tempo da barragem em que a doutrina vigente dizia assim: Amarante não está no centro do mundo e estando em causa o interesse nacional, Amarante prescreve e é marginalizada. Portanto vossas excelências que foram eleitos pelos eleitores de Amarante, estão na boa senda do interesse Público e no mandato que receberam. Outra coisa que acontece importantíssima é que na realidade no plano geral da cidadania e do direito de intervenção em matéria de ambiente, na lei de bases do ambiente é reconhecido o direito de intervenção aos cidadãos a título isolado ou as associações representativas dos interesses em causa e, portanto, automaticamente esse direito é inquestionável. Outra coisa curiosa é o seguinte: como sabem, já houve um primeiro passo interessantíssimo que foi a reunião dos Presidentes de Câmara das zonas abrangidas com o Ministro do Ambiente, donde emergiu de facto já o depuramento e a circunscrição do problema em concreto em que foi diminuída área da exploração do lítio. Há dez dias, houve uma reunião com o excellentíssimo senhor Vice-Presidente da Câmara de Amarante, também com a presença de mais autarcas envolvidos, que pediram uma avaliação técnica e científica em relação à questão do lítio. Estiveram reunidos com os reitores da Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, donde emergiu efetivamente uma abertura para dados concretos. Nós, como na realidade saudamos desde já a Constituição de uma comissão de acompanhamento. Como sabem, e peço desculpa que isto é um tique e uma presunção, mas como poderão não saber quero dizer-lhes que a comissão de acompanhamento é obrigatória no caso concreto da exploração e é facultativa no caso concreto da pesquisa do lítio. Outra coisa que acontece é o seguinte: o concessionário está obrigado a fazer uma reunião de esclarecimento pelo menos anual, que ocorre em junho para prestar todos esclarecimentos e onde podem intervir os cidadãos nessa qualidade ou as comissões de acompanhamento. Nós temos gente de primeira grandeza e categoria. Não somos efetivamente fundamentalistas para não reconhecer que o país carece de um recurso endógeno, porque a descarbonização da economia não pode desperdiçar a questão do lítio e das baterias. Há outros recursos, mas a guerra da Ucrânia veio perverter o paradigma. Contem connosco de boa-fé, porque te-

mos o direito e a expectativa de sermos acolhidos de boa fé e estaremos com tudo o que sabemos e mais aquilo de quem trouxermos a reboque, concretamente a plataforma SOS de Entre Douro e Minho, a plataforma da Serra da Arga, a Luiz Crespe da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, temos também representantes da Pro-tâmega a quem pertenço com muita honra. Todos nós irmanados com a vontade de colaborar com as populações que nas atividades que nós levamos a efeito já aqui na Alameda Teixeira de Pascoaes e em Rebordelo, que é a freguesia mais atingida pelo lítio. Terminei dizendo que efetivamente há muita falta de informação na população, mas é com quem queremos estar alinhados e vamos fazê-lo com muito orgulho.”

JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra e em resposta à intervenção do orador anterior disse: “O senhor Coronel fez aqui a síntese de tudo o que aconteceu e aliás eu não diria melhor, mas quero só acrescentar o seguinte: no âmbito dos seis intervenientes desta área que estamos aqui a falar, a área Seixoso Vieiros, que envolve seis municípios que são Guimarães, Fafe, Mondim, Felgueiras, Celorico e Amarante, reunimos como disse e bem, em Guimarães, em que eu não estive presente, porque estava nessa altura de férias e portanto o senhor Vice-Presidente representou-me. O que ficou também assente nessa reunião, é que as comissões que vão integrar esta comissão dos seis municípios, vai ser liderada e ter o suporte técnico dado pela UTAD e pela Universidade do Minho e além destes organismos darem o suporte técnico também pretendem esclarecer devidamente a população porque no fundo é o que diz e bem, a população precisa ser esclarecida e, portanto, esta comissão vai efetivamente permitir que haja sempre esclarecimentos relativamente a esta matéria”.

No seguimento da discussão deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que toda a explanação do senhor Coronel é muito válida para este processo e haverá sempre articulação com a comissão criada nesta Assembleia no sentido de consultar e falar com as pessoas que eventualmente possam ajudar nesta matéria. Haverá certamente uma articulação entre as associações que referiu e a Comissão constituída na Assembleia Municipal. Penso que isto fica mais ou menos esclarecido e não deixa dúvidas a ninguém.

Terminado o período destinado às intervenções do público passou-se então para o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, dando-se assim início à discussão dos assuntos que constam da ordem de trabalhos.

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “Eu vou falar agora do relatório que nos é aqui apresentado e que reflete a atividade a 30 de março, sem antes deixar uma nota, para dizer que gostei muito da retórica anterior, relativamente a alguns apoios e alguma fixação de jovens neste concelho, designadamente com a aplicação da derrama, certamente que então com os atrasos de licenciamento nos projetos de habitação, que são certamente um bom augúrio para conseguir fixar cá as pessoas. Mas deixando essa nota de

lado, impedido pelo regulamento de me pronunciar sobre as respostas anteriormente dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, vou-me focar exatamente aqui neste que é o nosso ponto essencial. Esta atividade, como disse, era refletida a 31 de março e constam aqui algumas obras executadas e por isso tenho três questões apenas a fazer relativamente a estas obras. Na página vinte e sete, é-nos revelado que foi executada uma empreitada na rua do Barral em Olo. Não sei se trata de uma intervenção nova ou se é uma intervenção já realizada em 2017, julgo eu. Depois na página cinquenta e dois, relativamente às actividades do programa Amarante Cidade Desportiva o free trail Papas de Olo, julgo que não foi realizado e está cá, como realizado e consta no relatório. Pode o senhor Presidente esclarecer-nos relativamente a essa matéria? Foi efetivamente realizado ou não? E também gostaria de saber algumas das obras que não estão aqui e que deviam estar, designadamente aquelas que em plena campanha eleitoral foram alvo de colocação de placas com execução inadiável e emergente, digamos assim, e por isso mesmo, foram colocadas em plena campanha eleitoral, mas até hoje não se vê a sua realização. Portanto, gostaria de saber se esse conjunto de obras descritas nas placas, obras essas que supostamente seriam para realizar, foram ou não realizadas e qual é o constrangimento que aconteceu para não serem realizadas?

Relativamente a placas também queria trazer aqui uma nota e se calhar um alerta que tem a ver com as placas na rotunda da vinha a que eu agora já começo a chamar, para a identificar, como rotunda das placas efetivamente. Estão lá vinte e oito placas publicitárias instaladas de dimensões de oito por três metros, portanto, estão a ladear toda a rotunda da vinha. Por isso, era importante que a Câmara Municipal estabelecesse primeiro, critérios, segundo regulamentasse e terceiro tentasse abordar os promotores dessas placas para tirar aquele lixo visual dali isto, para não ser muito cáustico. Se nos queremos afirmar como Amarante cidade do turismo, convém apresentar a nossa bela cidade e não publicidade em cima de publicidade. Portanto, se nós fizermos a rotunda toda da vinha conseguimos ver aquele amontoado de placas que já estão umas por cima das outras, inclusive era importante e urgente se calhar fazer alguma intervenção sobre essa matéria, portanto, além do alerta colocava essa questão ao senhor Presidente da Câmara se futuramente irá fazer essas démarches no sentido de regularizar essa situação. Depois, como último ponto desta intervenção gostaria de saber também e eu tenho visto com bom grado que o senhor Presidente da Câmara tem elogiado a transferência de competências na área da educação. A Câmara Municipal e bem, assumiu as competências na área da educação e bem o governo fez bem e nós Partido Socialista sempre fomos apologistas numa transferência de competências de proximidade, aliás do última reunião fizemos nota a isso em relação às Juntas de Freguesia, contudo, as escolas se calhar não estão muito agradadas até porque eu conheço uma série de escolas públicas deste concelho que não tem tido há mais de um mês acesso wireless à Internet e portanto era importante que estes recursos fossem disponibilizados aos alunos e aos professores por forma a garantir um processo educativo que se quer cada vez mais dinâmico e por isso, este instrumento, é absolutamente essencial. Portanto são as únicas questões que hoje me trazem aqui e gostaria de ver essas respostas dadas.”

No uso da palavra disse: “Começo por cumprimentar em especial a Vereadora Ana Reis, que tomou posse recentemente e aproveito também para deixar um cumprimento especial António Ribeiro que, entretanto, deixou de ocupar as funções de Vereador e agradecer-lhe em nome da bancada do Partido Social Democrata pelos serviços prestados, ao mesmo tempo que desejo um excelente mandato e um excelente trabalho à Vereadora Ana Reis.

Depois, desta intervenção gostava também de perceber qual seria o bom exemplo do município com isenção de derrama, que é tão bom como Amarante tem sido na captação de investimento. O Partido Socialista de Amarante não se lembra, mas nós estamos cá para lembrar, que o município de Amarante teve muitos anos isenção de derrama e que não foi por isso que captou o investimento que nós estamos a conseguir captar agora, e que também não foi por isso que se conseguiram criar mais condições para que o futuro em Amarante seja melhor, como já foi dito nesta Assembleia Municipal mais que uma vez. É claro, que isto é fácil de dizer, mas eu também já disse aqui, porque já tive essa oportunidade, que as coisas passaram a ser muito mais do que só dizer, porque antes dizia-se: *“não temos derrama, é bom porque que as empresas vêm para cá”*. Nós agora temos derrama para ser utilizada na melhoria das condições que permitem que as empresas possam continuar a vir para Amarante. Mas, mais do que isso, temos mãozinhas para fazer e estamos a captar investimento para Amarante. Eu também gostava de realçar porque é o momento certo que ao estarmos a discutir aqui este relatório, finalmente num período de desconfinamento e por isso estamos a regressar a alguma normalidade, à normalidade possível ainda que com alguns condicionamentos, mas estamos a regressar e portanto fico muito satisfeito quando uma publicação de referência Internacional como a Condé Nast Traveler tem Amarante como destaque recentemente no artigo, portanto, mais uma vez o turismo em Amarante potenciado para aquilo que tem vindo a ser feito é reconhecido não só nacional mas também internacionalmente, assim como fico muito satisfeito de ver que os eventos que este município tem vindo a criar e a desenvolver ao longo dos anos como UVA, por exemplo, vão voltar a ter lugar e claro as festas de junho que tanto gostamos. Acho que temos dado sinais positivos, e também acho que os últimos anos têm mostrado uma Amarante diferente; mais competitiva, mais interessante, mais atrativa e por isso acho que nós temos que continuar a seguir esse caminho. É claro, que vamos ouvir sempre porque é assim que as coisas são infelizmente e porque muitas vezes confundimos política com futebol quando ouvimos dizer que aquilo que os outros estão a fazer de bem, afinal não é assim tão bom, mas eu convido-vos a olhar para aquilo que é Amarante durante o dia e ao fim de semana com bom tempo e ver as pessoas a usufruírem das obras dos espaços e a vermos também o que aquilo que é aquilo que Amarante tem conseguido atrair. Portanto é altura certa de nós começarmos a olhar para aquilo que é o futuro de Amarante que é muito melhor seguramente agora, e perspectiva ser muito melhor daqui para a frente, do que aquele que se perspectivava há menos de dez anos atrás. Portanto, senhor Presidente da Câmara Municipal, muito obrigado porque estou extremamente satisfeito por ver Amarante competitiva e interessante, que mesmo tendo derrama continua a atrair cada vez mais empresas.”

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: "São os chefes de divisão que compõe o relatório e que versam para aqui tudo aquilo que são as atividades recentes. Quando aqui está a dizer que há uma publicidade de uma obra ou de uma reparação, isto são os técnicos não Presidente da Câmara, que vai lá ver se lá está ou se não está. Não lhe sei responder concretamente se foi ou se não foi executado. Só lhe sei responder que, à partida, se foi adjudicado é para que seja feito, mas se depois atrasou ou não isso aí não lhe sei responder. Até porque deixe-me dizer na conjuntura actual aliás muitos daqui dos senhores Presidentes de Junta também poderão confirmar aquilo que eu vou dizer. Nós, quando adjudicamos uma obra, muitas vezes ela atrasa muito até começar atendendo à dificuldade que há de recursos humanos isto já para não falar dos preços obviamente, mas isso é outra história. A questão dos recursos humanos tem sido uma preocupação constante que tem feito obviamente duplicar o montante da despesa nas obras a executar, mas isto só para dizer que se está no relatório é porque pelo menos foi adjudicada e portanto, é obrigação da empresa colocar lá a placa. Relativamente à questão que me coloca da página cinquenta e dois, não lhe sei responder neste momento. Eu sei que isto vai ser feito, mas de momento não lhe consigo responder. Quando fala dos outdoors eu subscrevo integralmente aquilo que disse. Aliás, julgo que todos aqui nesta sala ficam envergonhados com o excesso de placas e de outdoors que há distribuídos pelo município. Inclusive neste novo código regulamentar onde vocês também colaboraram, que nós mudamos e que entrou em vigor a partir de 17 de fevereiro, já nos permite identificar todos os outdoors e também a notificar as pessoas responsáveis por eles. Para retirar temos um problema que é facto de os partidos políticos terem autorização para os ter. Eu contra mim falo. Fico envergonhado porque deveríamos retirar. Não é aceitável mantermos aquilo para de quatro em que quatro anos serem utilizados. Devíamos todos fazer uma reflexão e aliás eu até acrescentaria que ainda estou envergonhado quando chegamos à entrada de Amarante e ver um muro pintado, porque não dá para tirar aquilo, aliás o Presidente da Câmara nem pode mandar tirar. Aquilo foi uma atitude que, enfim, eu nem vou adjectivar. Acho que todos devem concordar comigo que não é uma atitude aceitável por parte dos partidos políticos a devassa que fazem. Uma coisa é pôr o outdoor, outra coisa é pintar uma parede que tinha acabado de ser feita, sabendo quem o fez que aquilo fica ali para a eternidade. Isto não é aceitável e espero que todos nós ponhamos a mão na consciência e que no futuro haja um maior zelo para com a nossa cidade. Eu também subscrevo que temos que começar a limpar a cidade por isso é que no código regulamentar demos um enfoque muito grande a esta matéria e vamos começar a retirá-los. Vamos obrigar a retirar e os que ficarem é porque vão estar devidamente licenciados e pagos porque neste momento ninguém paga nada, e portanto, vai haver uma alteração, julgo eu, de comportamento. As restantes considerações se são ou não retórica não comento. Se há os atrasos, honra seja feita no que diz respeito ao serviços de urbanismo porque se houve melhoria neste município foi naquilo que diz respeito ao urbanismo, com os constantes avanços que estamos sempre a fazer, no sentido de obviamente melhorar. Não vale a pena estarmos com o mesmo discurso que estávamos há dois anos, porque a realidade é completamente diferente. A questão da derrama ou não derrama é um tema a que nem vale a pena responder. Eu costumo dizer que basta ver o que está a acontecer no território porque não é retórica, mas sim realidade. Efetivamente as empresas vêm e não fi-

cam amedrontadas com a derrama até porque elas ao instalarem-se tem isenção da taxa de derrama e quando fazem investimentos têm isenção da derrama e mais a mais nós também mudamos as taxas para também promover mais investimento e também para acolhimento empresarial por parte das empresas. Quanto à internet, ou há falta dela, eu não tenho conhecimento disso, nem eu nem o senhor Vereador. Vocês têm mais informação que eu e isto é estranho. Aliás, eu vou ter que dizer aos senhores diretores dos agrupamentos o que é que se está a passar, porque falam com a oposição e não falam com quem de direito, ou seja com o senhor vereador do pelouro para eu poder obviamente ver o que passou para corrigir, mas também vou deixar vou deixar obviamente uma nota de algum descontentamento até porque ainda agora estive num dos agrupamentos esta semana, na apresentação da nova marca do agrupamento Teixeira de Pascoaes e não houve nenhuma referência relativamente a isto.”

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “Que eu saiba nenhum diretor de agrupamento falou comigo a propósito desta matéria da internet. Eu também falo com muitos professores que, como sabe, tenho essa vantagem porque também sou professor, e portanto, os professores e não foi um foram vários, que me disseram que endereçaram essas missivas e inclusive algumas associações de pais julgo eu. Possa depois dizer-lhe quem foi a associação de pais que solicitou esse pedido ao e-mail da Câmara, e portanto, era importante que se verificasse esta situação até para a regularizar. Eu vi aqui o senhor deputado Carlos Carvalho a dizer que gostaria também de usufruir das obras, vir à cidade ver as obras. Aquele caos que está instalado na cidade em termos de ordenamento em que hoje é uma placa e amanhã é outra e depois sai uma placa daqui e vai para ali e por isso, eu gostava de ter mesmo uma cidade em que passasse e não fosse surpreendido com alterações de trânsito assim por si só, com situações assim anómalas. Relativamente a essas placas, deixe-me dizer senhor Presidente da Câmara, que há uma lei que se chama lei autárquica que é a lei que prevê a questão de propaganda política e é clara e taxativa. As placas só devem ser colocadas a sinalizar uma obra se a obra for absolutamente importante, inadiável e emergente e não devem ser colocadas só porque sim, não devem ser colocadas para uma obra que vou ver se vou fazer. Foi o que aconteceu, porque se não acontecesse essas obras já estavam realizadas e posso dizer-lhe inclusivamente que algumas das placas - e eu depois posso fazer a sinalização porque são tantas placas que surgiram assim em cima da campanha eleitoral e por isso tive oportunidade de tirar algumas fotografias, eu gostava de ver se a obra agora está feita ou não porque eu tenho aqui um relatório que diz foi executado. Se diz, é porque foi mesmo executado, porque senão a nossa parte e a nossa competência, que é a fiscalização da atividade do município, fica comprometida. Eu acredito que podem ser lapsos e não quero admitir sequer que são falsas declarações. Fica comprometido esse escrutínio direto se o relatório que o senhor Presidente diz não ter construído, mas que assina, e portanto, ao assiná-lo é responsável por ele, e por isso só pode mandar lá colocar toda a atividade que é feita e mandar retirar o que não é feito.”

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: "Nunca pensei vir para aqui falar de placas, mas pelos vistos também acontece. Depois há pessoas que vem para aqui generalizar e eu acho que quando vimos aqui com estes assuntos importa pelo menos sermos concretos. Vir aqui dizer que "há por aí umas placas, que há por aí muitas placas e que as pessoas não usufruem das obras" o que eu vejo é as pessoas a usufruírem das margens do Rio como nunca o fizeram. Era a isso a que eu me estava a referir. Sobre as placas e sobre as alterações de trânsito, nós até votamos aqui recentemente as alterações ao regulamento de trânsito e, portanto, será isso a que estão a referir? Não se percebe. Fica no ar e, portanto, agora eu tenho certeza de uma coisa. Amarante tem obras e que elas são feitas têm-se visto. Que isso é preciso todos nós concordamos. Mas eu também sei que o Partido Socialista se as obras não fossem feitas vinha aqui criticar, vinha porque vem criticar de qualquer forma. Não me parece que as coisas estejam assim a entrar num caos como aqui foi dito. Agora, o que eu acho, é que se temos uma lista de obras, se há algumas que podem estar mais adiantadas ou menos atrasadas até posso acreditar, até porque tem ido e eu acompanho algumas reuniões de Câmara, e tenho visto alguns pontos na ordem do dia para suspensão e ou para adiamentos sendo muitos deles votados por unanimidade. Se é isso a que se estão a referir eu não vejo onde é que está aqui o caso anormal e onde é que está o caos. Se não é isso então é melhor começar a dizer exatamente do que é que estamos a falar porque não basta vir aqui dizer "que eu tenho um amigo que me disse que se calhar a Internet não funciona bem". As coisas têm de ser ditas de outra forma, tem de ser postas de outra forma, porque estamos num órgão importante para não ser o "achismo".

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: "senhor Presidente eu peço desculpa, mas é que assim o senhor deputado poderá responder ali à questão que eu lhe vou colocar. É assim, são as tantas placas de obras e afinal nada está feito. Diga-me por favor, até para que fique registado em ata, três dessas placas de obras que não foram feitas ou que não fosse lançado concurso e não fosse feita a adjudicação como é de lei. Eu gostava de saber e numa nota de reparo até porque eu já disse isto aqui noutra contexto, nós quando somos eleitos estando no executivo, na oposição, sendo deputado ou sendo Vereador, seja o que for, temos responsabilidades. Se há algo que não está correto, se há uma atitude indevida, se há um equipamento que está a falhar, se há um buraco que pode provocar danos e acidentes, é obrigação de qualquer senhor deputado de qualquer eleito até da população em geral, pegar no telefone e avisar quem de direito. A questão da net e agora já não foram os diretores de agrupamento foram os amigos e não foi um foram vários, é estranho porque seguramente isso não foi ontem ou hoje, o senhor deputado por exemplo, esteve esta semana comigo, curiosamente numa escola e não ter dito que foi alertado para o problema da falta de net. Se assim tivesse sido, eu ia ver o que é que se passava para que rapidamente os alunos se pudessem ligar à net. É isto meus senhores e peço desculpa, mas este é o comportamento porque se deve pautar um eleito em qualquer circunstância.

CÂNDIDO ZOIO - PS

No uso da palavra disse: "Eu pensava que isto até ia ser mais célere. Em primeiro lugar, senhor Presidente de Câmara, este é o órgão onde é que se devem colocar os constrangimentos da nossa atividade e, portanto, deve ser aqui, que são ditas as situações que estão a ocorrer. Na nossa fiscalização contínua que fazemos ao longo de todo o mandato deve ser neste órgão, que são colocadas as coisas. As pessoas em concreto que me avisaram, certamente já fizeram as missivas todas e claro que não me mandaram com um conhecimento a mim, mas sei que já fizeram essas missivas para a Câmara Municipal através de e-mail e, portanto, estará lá essa essa situação. Relativamente às obras, posso dizer olhe já uma, por exemplo a escola de Olo e Canadelo. Eu posso fazer chegar ao senhor Presidente, já que me permite, que na minha função enquanto deputado municipal seja trezentos e sessenta e cinco dias por ano, vinte e quatro horas por dia, eu posso fazer chegar uma missiva enquanto deputado municipal a dizer exatamente quais são as obras que foram interrompidas, aquelas que não eram e que não foram possíveis realizar. Volto a frisar que eram obras que podiam ser, digamos assim, propagandeadas se fossem inadiáveis e que estivessem em execução e não obras que eu vou executar daqui a um mês ou dois. É naquele momento que tinham que fazer e aliás julgo que relativamente a essa matéria o senhor Presidente, na altura candidato à Câmara, recebeu uma missiva da própria reguladora a propósito dessa matéria e, portanto, acho que estamos esclarecidos relativamente a essa matéria. Senhor Presidente, eu sou um cidadão desta cidade e ao ser um cidadão desta cidade é natural que as pessoas me contactem, que digam os problemas que existem, e por isso mesmo os senhores professores e bem, porque até sou colega deles, felizmente ou infelizmente não estou na escola agora para assistir a isso, mas têm-me relatado que em diversas e não apenas numa, que o acesso à internet neste momento não funciona. Certamente os senhores diretores também saberão disso e, portanto, pode interceder junto deles".

ESTEFÂNIO PINTO – PSD

No uso da palavra disse: "Tem-me tocado vir aqui de vez em quando dar aqui algumas explicações técnicas num órgão político, mas pronto, também não custa nada, porque aprendemos todos um bocadinho. As obras têm uma série de procedimentos que são o concurso, relatórios, adjudicação, contrato e consignação. A consignação é o momento em que estão reunidas as condições para que as obras possam ser iniciadas. A partir dessa data, o espaço onde vai ser realizada a obra passa a ser da responsabilidade do empreiteiro. O caso concreto que o senhor deputado aqui mencionou é de uma obra que foi adjudicada, consignada, e iniciada, que já teve em reunião de Câmara como aqui falou o colega deputado Carlos Carvalho uma decisão para prorrogar o prazo da obra e por isso a obra está a decorrer e é da responsabilidade do empreiteiro com os constrangimentos que aquilo que o senhor Presidente já mencionou, que infelizmente temos nos dias de hoje. Depois, há uma coisa que se chama estaleiro. A gestão do estaleiro é mais uma vez da responsabilidade do empreiteiro e se ele muda a placa de sítio, se tirar placa de sítio porque precisa passar com a máquina, ou porque naquele sítio vai surgir uma coisa qualquer, e mudou as placas de sítio, percebo que o senhor deputado se preocupe com essas coisas mas se nós na Assembleia Municipal

andamos aqui a fiscalizar placas numa coisa que é de responsabilidade da empresa de construção, confesso que não percebo.”

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se à discussão do ponto número dois da ordem de trabalhos.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA RESPEITANTE AOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO FINANCEIRO DE 2021

Relativamente a este assunto e com a autorização do senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra o senhor Dr. Paulo Anjos, auditor externo e autor do relatório explicativo das contas em análise. No uso da palavra disse: “Quero desde já agradecer a oportunidade de reportar o relato de auditoria do Auditor Externo do Município de Amarante, que muita dignifica a prestação de contas.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias apresentamos a Certificação legal das contas, relatório e parecer do auditor externo e relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira, sobre as contas do município de Amarante do exercício de 2021.

Quanto à Execução Orçamental da Receita corrente no valor global de 53.948 milhões de euros, nomeadamente 33.842 milhões de euros de receita corrente e 15.774 milhões de euros de receita de capital em 2021 o que fez com que se atingisse um grau de execução geral das receitas de 94%.

Em termos de despesa o montante global ascendeu a 47.280 milhões de euros, sendo 25.519 milhões de euros de despesa corrente e 21.761 milhões de euros de despesa de capital, sendo que o grau de execução orçamental geral das despesas de 2021 foi de 82%.

No que concerne à sua análise da situação económica, na estrutura dos rendimentos demonstra-se que 60% resultam de transferências e subsídios correntes obtidos, onde assume relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do orçamento do Estado.

As receitas próprias, medidas nas suas principais componentes, representam o total de 35%, assim desagregado:

- Impostos, contribuições e taxas: 27% (9.423 milhões de euros)
- Vendas: 0,09% (33 milhões de euros)
- Prestações de serviços e concessões: 8% (2.963 milhões de euros)

Por sua vez, os outros rendimentos têm um peso na estrutura dos rendimentos de 4,97%, ascendendo a € 1.765. k, respeitando essencialmente a:

- Imputação de subsídios e transferências para investimentos: € 1.304 milhões de euros

Quanto à estrutura de gastos as rubricas que detêm um maior peso sobre a estrutura dos custos e perdas são as seguintes:

- Fornecimentos e serviços externos: 25% (8.479 milhões de euros);
- Gastos com o pessoal: 41% (14.021 milhões de euros); e
- Depreciações e amortizações: 17 % (5.857 milhões de euros).

As transferências e subsídios concedidos têm um peso na estrutura de gastos de 12 % (4.147 milhões de euros).

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (1,7%) reflete, primordialmente, o consumo de combustíveis (586 milhões de euros).

Os outros gastos têm um peso na estrutura de gastos de 1,6 % (562 milhões de euros).

Por último, os gastos por juros e similares têm um peso na estrutura de gastos de 0,41% (140 milhões de euros).

Decorrente dos rendimentos e gastos anteriormente descritos, o resultado líquido do Município no ano de 2021 foi positivo em € 1.176.458,69, com a composição seguinte:

- Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento: 7.175 milhões de euros
- Resultado operacional (antes de gastos de financiamento): 1.317 milhões de euros
- Resultado antes de impostos: 1.177 milhões de euros
- Resultado líquido do período: 1.177 milhões de euros

A análise da situação financeira do Município centra-se nas rubricas de dívidas a receber e dívidas a pagar, posicionadas a 31 de dezembro de 2021.

A totalidade das dívidas a receber, em 31 de dezembro de 2021, ascendem a 736.983,80 milhões de euros.

As dívidas a pagar em 31 de dezembro de 2021 totalizam € 23.402.293,49, desagregadas como segue:

- Corrente (curto prazo): 4.707.923,61 milhões de euros - (214 milhões de euros – fornecedores; 2.237 milhões de euros financiamentos e 1.836 milhões de euros cauções)
- Não corrente (médio e longo prazo): 18.694.369,88 milhões de euros

Tendo presente a análise do endividamento Municipal nos termos na Lei 73/2013 conclui-se que o Município a 31 de dezembro de 2021 apresenta uma dívida total de operações orçamentais de 19.212 milhões de euros e uma margem absoluta de endividamento de 22.176 milhões de euros.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do "Município de Amarante" em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Face ao exposto o Auditor Externo é de parecer que a Assembleia Municipal aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras e orçamentais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- b) A proposta da aplicação do resultado líquido do exercício contida no Relatório de Gestão.

Finalmente, como Auditor Externo agradeço aos Serviços do Município e Executivo toda a colaboração prestada no exercício das suas funções".

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “O relatório que aqui nos traz é um relatório de contas que faz o relato, passe a redundância, do exercício 2021, exercício esse que foi orçamentado em reunião prévia, que tinha na rubrica da despesa e na rubrica da receita cerca de sessenta e cinco milhões de euros. Com as suas modificações orçamentais é que permitiu que a execução fosse tão elevada porque senão a execução da receita seria 83% da dotação inicial e na despesa andaríamos pelos 73% dessa dotação inicial, como disse aqui o auditor, de uma execução de cerca de quarenta e oito milhões de euros. Por isso, mais uma vez, este relatório não espelha aquilo que eram as pretensões da autarquia aquando da elaboração do orçamento municipal na altura, porque se fosse um orçamento teria uma execução muito próxima daquilo que era o orçamento inicial proposto e a dotação proposta. Mas passando esse pequeno aparte, quando se olha para um relatório tal como para um orçamento do ponto de vista técnico, claro que ele tem que fazer demonstração clara porque senão não estaríamos num estado de direito, aliás o senhor auditor que agradeceu aqui a colaboração dos serviços do município, mal seria se assim não fosse porque estaríamos muito mal, mas o que é certo, é que o que me interessa aqui é perceber onde é que foi executado e porque é que foi executado e o tempo em que foi executado. Posto isto, na receita, nós percebemos que no período homólogo houve um aumento exponencial em taxas, multas e outras penalidades e como impostos também diretos e, portanto, em plena pandemia, seria natural que houvesse até uma redução destes destas rubricas. Assim não foi e, portanto, era importante se calhar na altura termos aqui um aliviar até do bolso dos Amarantinos e nessa altura também o PS e também o orçamento propôs algumas medidas bastante atrativas para fazer aquilo que disse a colega deputada Ana Margarida, que era atrair os jovens através até por exemplo da devolução do IRS, aquela coisa que nós propúnhamos que não era assim tão grande porque era só e apenas 1% dos 5% disponíveis. Portanto, seria bom, que se tivesse feito esse trabalho que não foi feito, mas nós, também temos percebido, que os alertas constantes de que muitas vezes o senhor Presidente da Câmara, não gosta, mas que outros gostam, certamente tem acolhido alguns dos nossos intentos e tem a arrepiado caminho nalguns daqueles que são os nossos princípios. Relativamente à despesa e como estávamos em plena pandemia volto a reforçar essa tônica, eu reparei e fiz uma análise daquilo que foram os gastos nas diversas Gops e percebi que por exemplo na governança da Câmara, para aqueles que menos conhecem estas dinâmicas orçamentais e que também sou um pouco leigo, tem a ver com os gastos e para o dizer em bom português, com o aparelho, com a estrutura. Nesses gastos com a estrutura, nós reparámos que executaram qualquer coisa em peso relativo da execução total do exercício 13,41%, que é só mais do que se gastou por exemplo na Gop da dinamização e coesão social por exemplo em plena pandemia e que representa mais ou menos a execução que tiveram na Gop educação, do turismo, da habitação, da juventude e desporto. Ora bem, eu em plena pandemia em 2021, ou seja, órgão executivo, teve um gasto relativo em termos de execução orçamental mais na governança da Câmara, ou seja, vamos dizer para português entender, no aparelho do trabalho na estrutura camarária do que propriamente no apoio as instituições, no apoio às empresas, no apoio aos cidadãos, portanto naqueles apoios para que serve também uma Câmara na sua execução. Portanto aquilo que o PS pode dizer relativamente a esta execução, abstendo-se na mesma, porque é um reflexo daquilo que eram

já as políticas deliberadas por parte do orçamento camarário, é só deixar a nota de que na governança da Câmara, esses gastos são muito acima daquilo que eram os gastos noutras áreas que eram fundamentais na altura. Para concluir, deixem-me dizer, que também é verdade que esta receita veio muito da utilização de crédito. Ainda hoje, estava a ver as notícias de manhã e verifiquei que vai haver um aumento da taxa de juro e isto pode colocar em causa com uma utilização tão massiva de crédito e com prazos tão dilatados, sabendo-se que na altura o PS, e bem, alertou para que os prazos nos créditos e já que havia disponibilidade financeira, fossem mais redutores, mais curtos, para podermos não comprometer a atividade futura e para não comprometer essa atividade futura com os pagamentos dos juros e com os pagamentos da utilização desses créditos. Portanto, queremos também deixar a nota de que era bom, que em negociações de futuros empréstimos começassem a ser reduzidas essas taxas, porque o natural e normal é que depois de uma pandemia e logo a seguir uma guerra, dispara a inflação e é natural que as taxas de juro também comecem a subir e por isso era importante que essa liquidação de créditos fosse feita o mais brevemente possível."

CARLOS MIRANDA – PSD

No uso da palavra, fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: "Os documentos de prestação de contas do ano de 2021, que agora debatemos têm obviamente uma forte componente técnica.

Mas, simultaneamente, reflete as opções políticas e estratégicas do executivo municipal da coligação AFIRMARAMARANTE e, como tal, não posso esconder a grande satisfação ao analisar estes números que comprovam de forma clara a grande dinâmica realizadora e empreendedora deste executivo alicerçada numa situação financeira e orçamental equilibrada.

Neste contexto tão exigente, é extremamente relevante realçar que foi cumprido o princípio do equilíbrio orçamental que exige que a receita corrente bruta deva ser pelo menos igual à soma da despesa corrente com a amortização dos empréstimos.

É relevante referir que este exercício económico corresponde ao que tem maior volume de receita arrecadada, cerca de 54 milhões de euros.

Destaco também que pelo segundo ano consecutivo foram liquidadas todas as faturas de fornecedores validadas com entrada até 31 de dezembro, ou seja, o município terminou o ano sem faturas por pagar, o que para além de representar mais uma prova inequívoca da sua boa situação financeira, representa também um forte contributo para o reforço da liquidez das empresas neste período de grave crise económica derivada da pandemia.

De salientar, o saldo orçamental que transita para 2022 superior a 6,6 milhões de euros, o que faz antever uma boa execução em 2022.

É também muito importante, realçar que o município de Amarante tem uma dívida ligeiramente superior a 19 milhões de euros a 31/12/2021, pelo que, tem ainda uma margem de endividamento superior a 22 milhões de euros, dado que o seu limite de endividamento é superior a 41 milhões de euros.

Neste contexto, destacar que apesar de ter sido um ano particularmente difícil e exigente devido à Covid-19, verificamos uma excelente execução orçamental, com uma

taxa de execução de 93,56% no que respeita à receita e 81,99% relativamente à despesa.

A este respeito, cumpre salientar que o município teve capacidade para reagir aos efeitos nefastos da pandemia, nomeadamente, com várias medidas de cariz social e económico muito relevantes, bem como, medidas de prevenção, contenção e mitigação associadas à Covid-19.

Em simultâneo, o executivo municipal manteve em execução um grande volume de investimento público como referi no início da minha intervenção, nomeadamente, através da concretização de investimentos financiados no quadro do Portugal 2020.

É absolutamente indiscutível que o financiamento comunitário representa uma importante fonte de financiamento, tendo o Município conseguido arrecadar uma receita de 6,7 milhões de euros de fundos comunitários em 2021.

É um número bem demonstrativo da capacidade e proatividade deste executivo municipal em desenvolver Amarante.

Destacando-se a reabilitação do Bairro Cancela de Abreu, a reabilitação do Cine-Teatro, a reabilitação do Solar dos Magalhães, Unidade de Saúde familiar de Amarante, remoção de amianto em escolas, diversos projetos no âmbito do PAMUS, POSEUR e PROVERE, entre tantas outras obras que podiam ser enumeradas.

Neste sentido, convém igualmente salientar que se registou um conjunto de projetos nas nossas freguesias, bem como, apoios às juntas de freguesia e a instituições sociais, culturais e desportivas do nosso concelho, demonstrando uma preocupação com o equilíbrio e coesão do nosso vasto território, tratando todas as freguesias com respeito e demonstrando que para este executivo não há freguesias de primeira e freguesias de segunda.

É também importante salientar que este ano teve o grande desafio do exercício de competências por parte do município no domínio da educação.

Amarante está claramente no caminho do desenvolvimento e do progresso!

Espero que assim continue! Pois estes números permitem-nos olhar com bastante otimismo e confiança na concretização do ambicioso programa de investimento que está em execução na nossa terra.

Senhoras e Senhores deputados, é pois, inequívoco, que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Município de Amarante.

Neste sentido, naturalmente que o sentido de voto da bancada do PPD/PSD será o voto favorável e aprovação do relatório de gestão e dos documentos de prestação de contas do ano de 2021."

JOÃO LEITE – CDS/PP

No uso da palavra disse: "Antes de fazer qualquer tipo de comentário sobre este ponto desde já agradeço em nome da nossa bancada a presença do Revisor Oficial de Contas que em muito veio quase que dispensar a minha intervenção, porque fez um brilhante espelho do relatório de contas da Câmara Municipal e do Executivo e que apenas me permite aqui dar destaque a algumas questões como a execução orçamental ter sido uma das maiores senão a maior, a nível de receita arrecadada. Temos uma execução orçamental em 2021, francamente positiva. Como disse o senhor deputado

Carlos Carvalho, e bem, com as faturas validadas até 31 de dezembro completamente liquidadas. O município transitou para 2022 com um saldo orçamental de perto de seis milhões e setecentos mil euros, no que toca ao endividamento. Já que se fala aqui muitas vezes na questão do endividamento é importante realçar que todos nós, sejam particulares, empresas ou municípios, temos uma capacidade até um limite onde nos podemos endividar e por isso é importante realçar que nós estamos a utilizar apenas 46% de capacidade de endividamento do município, mas também quero dizer também outra coisa; isto não é estanque, porque quanto mais receita nós tivermos, maior é a nossa capacidade de endividamento. Portanto, estarmos neste momento com 46%, quero dizer que tínhamos uma margem a 31/12/2021, ainda de 54%. Quanto ao equilíbrio corrente do município apresenta uma margem superior a seis milhões de euros. Face ao exposto pelo revisor oficial de contas e por aquilo que conseguimos apreciar será positiva a nossa aprovação ao relatório de contas do executivo de 2021”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “Eu não venho fazer uma intervenção para a análise do relatório, que já foi muito bem feita pela nossa bancada na pessoa do senhor deputado Carlos Miranda. Venho só esclarecer, porque eu não gosto destas intervenções pouco sérias, é mesmo isso, mesmo muito pouco sérias, acho importante realçar o que é que é a governança da Câmara, porque virmos deixar no ar que a Câmara gasta mais em governança do que em apoios sociais. Em primeiro lugar, eu não tenho dúvidas, de que ninguém pode acusar o Município de Amarante de não ter prestado todos os auxílios que foram necessários e precisos durante a pandemia. Segundo, a governança da Câmara e para se perceber do que é que estamos a falar e que consta do orçamento que todos nós aprovamos e, portanto, às vezes quando queremos ser pouco sérios, fazemos isto e atiramos tudo para o mesmo caixote. Então vamos lá: a governança da Câmara inclui formação e capacitação da CMA, medicina do trabalho ocupacional, obras de conservação e manutenção, isto em edifícios municipais, assistência técnica de equipamentos limpeza das instalações, vigilância das instalações, fornecimentos de gás, obras de remodelação dos edifícios no âmbito de projectos de eficiência energética, elaboração de projectos de requalificação de edifícios municipais, encargos com fornecimento de energia eléctrica em equipamentos e edifícios, encargos de comunicações, ampliação do edifício dos Paços do concelho, aquisição instalação manutenção de equipamento informático, e uma das respostas à questão da pandemia foi precisamente a esta, aquisição instalação e manutenção de software informático, aquisição e reparação de mobiliário e equipamento, aluguer viaturas, renovação da frota municipal com aquisição reparação de máquinas ferramentas e utensílios, renovação da frota municipal e os seus encargos, certificação da qualidade dos serviços municipais, realização de estudos e trabalhos de consultoria iluminação pública, aquisição de terrenos e ou imóveis, requalificação de edifícios municipais, reabilitação e restauro da casa Teixeira de Pascoaes, incluindo projectos que também já estava assinalado no orçamento, adaptação do edifício a da antiga Cruz Vermelha, que ainda se mantém ali em rubrica, aquisição de equipamentos informáticos, aquisição de software informático dentro desta última vertente, serviço projeto Amarante transformação digital e depois viaturas e máquinas municipais, fornecimento de gasóleo, fornecimento de gasolina,

encargos com seguros patrimoniais automóveis responsabilidade civil, encargos com seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais.”

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “Eu também não venho acrescentar mais nada àquilo que disse antes. Venho aqui fazer uma nota prévia, porque eu também, muito honestamente, não venho intervir nesta Assembleia para ter mérito ou demérito do senhor deputado Carlos Carvalho. Portanto, os comentários ficam com quem os proferiu, sendo certo que eu não disse aqui nenhuma mentira, antes pelo contrário, disse aquilo que estava rescrito e redigido neste relatório e reparem: Gop de governança – aquisição, instalação e manutenção de equipamentos informáticos. É ou não é da estrutura camarária? realização de estudos de trabalhos e consultoria - deixem-me dizer, que a este nível, é uma das maiores despesas que tem neste âmbito da Gop e tanto é, que até quem escreveu o relatório teve cuidado de o pôr duas vezes. Refere ainda a assistência técnica a equipamentos, à formação e capacitação da Câmara e voltou a colocar realização de estudos trabalhos e consultoria, se calhar para fazer jus aos gastos excessivos que temos com avenças, estudos e pareceres que podiam muito bem ser realizados pelos funcionários da Câmara já que os capacitamos com todos os meios. Nunca o Partido Socialista votou contra qualquer alteração ao mapa de pessoal e, portanto, vemos com maus olhos continuar este gasto excessivo em pareceres avenças poderiam ser muito bem realizadas por trabalhadores da Câmara. Aliás, o Partido Socialista, como disse, nunca votou contra qualquer alteração ao mapa de pessoal.”

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Para além das intervenções sustentadas da minha bancada e do meu líder, o Carlos Carvalho, e também do senhor deputado Carlos Miranda acerca deste ponto, é aqui que eu, que já ando aqui há uns anos, quero dizer que a discussão era diferente, muito mais ligeira. Quero lembrar que havia aqui um senhor Presidente da Câmara, do Partido Socialista, que neste ponto dizia sempre isto, e bem, sendo que eu concordava com ele. Aliás, eu quando estava na oposição tinha uma maneira de ser, acho eu diferente, daquilo que eu agora vejo. Pode ser um tanto sustentado por quem na altura sabia nossa postura na oposição. Então esse senhor dizia: contas são contas, ou estão certas ou erradas. Nós ouvimos aqui o senhor auditor dizer que estão certas e na altura as contas nem sequer eram auditadas por um auditor externo como agora são. E depois, também há o princípio do equilíbrio orçamental, a capacidade de endividamento e um saldo positivo etc. Mas depois transformou-se isto das contas num aspecto que eu acho que não é muito curial. Cada um faz oposição como entender, mas não vieram aqui dizer mentiras, vieram aqui distorcer a verdade. É muito mais complicado distorcer a verdade do que dizer mentiras, porque quando estão a distorcer a verdade estão a dizer uma mentira com o intuito de enganar e de iludir as pessoas e isso é que é demagogia. Toda a gente sabe que é demagogia quando anda na política. Isto foi feito na campanha eleitoral do Partido Socialista e continua pelos vistos numa narrativa neste sentido, porque reparem, quando se fala em governança da Câmara toda a gente sabe e os senhores deputados também sabem qual era a percentagem que se gastava na governança da Câmara no mandato do Partido Socialista.

A percentagem era idêntica porque envolve todo um conjunto de investimentos. Depois, quando se vem aqui falar de aparelho isto é logo tentar induzir as pessoas para o tal caminho negativo que em termos construtivos na oposição não serve para nada em meu entender. Eu, pelo menos, nunca fazia assim, nunca fiz assim. Quando se fala em aparelho que é que se está a dizer? está a dar-se conotação negativa a isto, porque isto não é nenhum aparelho. Aparelho são os dos partidos. Os partidos é que têm aparelho, o PS, o PSD o CDS, etc. isso sim, porque nós aqui não temos aparelho nenhum. A Câmara não tem aparelho e por isso é que toda esta narrativa não faz qualquer sentido. Cada um faz uma posição como lhe parece mas acho que já estava na altura de mudar a política de argumentação porque quando este ponto foi a discussão à Câmara a argumentação foi uma coisa tão ligeira e tão básica que já se começa a exigir que façam política de forma sustentada. Vamos criticar o que está mal, mas também vamos fazer aqui vamos fazer isto de forma sustentada com algum suporte, com aperfeiçoamento pessoal e desta forma não percebo, muito francamente, onde é que isto vai dar. O meu líder da bancada já disse, no essencial, o que tinha a dizer e eu sei que, no tempo que aqui estiver, vou ouvir sempre este tipo de argumentação e de narrativa por parte de alguns senhores deputados. Concerteza que nem todos são assim e também não tenho nada de pessoal contra quem faz isto, mas politicamente não me parece que seja esse o caminho. Não quero dar lições de moral e longe de mim dar lições de moral a quem quer que seja, porque isto contribui pelo menos para uma coisa meus senhores, para animar um bocadinho esta Assembleia, porque isso também faz parte, mas devia fazê-lo de uma forma mais sustentada e mais séria”.

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “Quero começar por agradecer as intervenções dos elementos da bancada do PSD, que no fundo ajudaram a esclarecer um pouco aquilo que foi a tentativa de tentar enganar efetivamente as pessoas que estão aqui e as pessoas que poderão vir a ler as atas no futuro. Não é de bom tom tentar dizer que o aparelho partidário está ao serviço do Executivo da Câmara Municipal de Amarante. Não é de bom tom estar a dizer que a governança da Câmara, tentando dizer que aquilo é uma coutada do PSD em que pagamos o gasóleo, a eletricidade, as manutenções, enfim, em que o Carlos Carvalho e muito bem veio explicar o que é que estava nessa rubrica e também dizer que esteve muito abaixo daquilo que era o previsto, fruto da contingência da pandemia, porque nós tínhamos uma previsão de cerca de cinco milhões de euros e ficou em cerca de três milhões de euros. Não andamos, e como sabem, tivemos despesas acrescidas não a reportar, mas sim efetivamente a estar ao lado da educação, ao lado da saúde, ao lado da proteção civil, para dar resposta numa altura de pandemia, em que era importante que o Executivo da Câmara estivesse muito atento e vigilante àquilo que era a nossa obrigação e nós fizemo-lo, e bem, não estando aqui ao serviço de aparelhos partidários. Se alguém pode ser acusado disso não é Câmara Municipal de Amarante. Quando me vêem dizer aliás, deixem-me dizer-lhes o orgulho que eu tenho este orçamento e por isso, eu desafio o senhor deputado a dizer, um ano antes deste, se houve algum executivo que tenha conseguido mesmo em altura de pandemia ter executado tanta obra no município de Amarante. Diga-me um senhor deputado. Desafio o senhor e qualquer um dentro desta sala a vir aqui dizer se al-

gum ano viram tanta obra realizada e nunca vista em Amarante. Tenho orgulho em dizer que o meu executivo e todos aqueles funcionários da Câmara e todos aqueles que trabalharam com a Câmara Municipal de Amarante, executaram um feito notável, um feito notável numa altura em que há escassez de mão-de-obra, numa altura em que estivemos confinados, numa altura em que estava um desnorte completo a nível da Europa, a nível do mundo, o Executivo da Câmara Municipal conseguiu cumprir, conseguiu fazer o maior orçamento de sempre desta Câmara Municipal de Amarante e o maior investimento de sempre desta Câmara municipal de Amarante, não com a ajuda da partidarite, mas com um trabalho sério e dedicado. Quando o senhor vem me falar dos consultores, ainda ontem recebi um estudo feito por o senhor engenheiro que é professor da faculdade de engenharia, António Babo, que eu contratei porque a Câmara Municipal não tem capacidade para trabalhar áreas específicas, ferramentas específicas em momentos específicos. Eu não vou estar a contratar alguém para me estudar o funcionamento da futura ponte que Amarante vai ter que ter para tirar o trânsito do centro da cidade. Tem que ser equipas habilitadas em que eu contrato aquela pessoa ou aquela equipa para me trabalhar, naquele período. Foi-me apresentado e até lhe vou abrir aqui um bocado para perceber. Uma nova ponte que deverá ser feita para tirar o trânsito do centro da cidade, uma ciclovia que é para ligar a ecopista a Vila Meã e consequentemente a Lousada, uma nova ligação, ou melhorar a estrutura de ligação Amarante a Vila Meã, no sentido atendendo à centralidade que eu digo, não são os senhores, que Vila Meã é importante para o desenvolvimento do concelho de Amarante e eu estou a ser consequente com aquilo que é o propósito da Câmara e por isso sim contratei obviamente um consultor. Contratei um consultor para fazer o plano de urbanização de Amarante, um plano de urbanização de Vila Meã, mas como eu contratei neste país, senhor deputado, o senhor não sabe porque viver numa ilha, mas como eu contratei, todos os senhores Presidentes de Câmara sejam eles de que partido for, e seguramente serão na sua maioria do Partido Socialista, contratam para as questões dos planos de desenvolvimento e de ordenamento do território e se o senhor não sabe fica a saber. Como eu fiz fazem todos. Por exemplo o engenheiro Lameiras que é o que está a trabalhar connosco nesta matéria, por exemplo no plano de urbanização da Amarante e que foi ele que nos ajudou para ultimar o plano diretor municipal de Amarante, é um consultor muito habilitado, porque é ele que está a fazer a maioria dos planos directores municipais da zona norte do país. O senhor diz-me que tem que ser a Câmara municipal e os técnicos da Câmara. Mas que competências têm para o fazer? Eu vou contratar um engenheiro António Lameiras e abriram concurso para meter dentro da Câmara? Acha que vem? acha que eu consigo captar alguém? É esta a visão que o senhor tem do funcionalismo público? é esta a sua capacidade de olhar as organizações das instituições? É assim que o senhor faz gestão? Deixem-me dizer, meus senhores, eu tenho orgulho tremendo deste orçamento por tudo aquilo que ele representa. Num período tão difícil da vida dos portugueses, Amarante esteve focada a ajudar quem precisava, a ajudar aqueles que estavam no terreno e que era preciso ter um suporte e continuar na senda do desenvolvimento em termos de captação de investimento, em termos de criar estruturas capazes de transformar o nosso território, a melhor cidade do mundo, volto a dizer, a melhor cidade do mundo, porque eu continuo sempre a acreditar que é a melhor cidade do mundo e repudio e quero que fique em

ata, que repudio este tipo de comportamento dos senhores deputados que vem aqui tentar deturpar um trabalho sério, um trabalho dedicado de equipas que não é só a minha equipa mas, a equipa de toda a Câmara Municipal de Amarante, que sempre tentaram estar na linha da frente para a gestão desenvolvimento de Amarante, tentando vir aqui, com um golpe de asa, - que fique escrito em acta - dizer de que isto é partidarite ao serviço da Câmara Municipal de Amarante. Por isso é que eu digo que repudio este tipo de comportamento dos senhores deputados.”

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “senhor Presidente, desculpe, mas eu pensava que não ficaria tão nervoso por eu dizer afinal que isto eram gastos com a estrutura da Câmara, porque ninguém desmentiu que eram gastos com a estrutura da Câmara. Eu nunca disse nesta casa, senhor Presidente eu queria que o senhor Presidente me ouvisse, olhos nos olhos - eu nunca disse nesta casa, que esta Câmara gastava dinheiro com aparelhos partidários. Nunca disse nesta casa, volto a repetir, o senhor é que disse, não fui eu. Isto faz-me lembrar a minha mãe que dizia qualquer coisa para ver qual é que era o filho que se acusava. Eu não insinuei nem disse nesta casa, e volto a dizer que esta Câmara gastava com aparelhos partidários fosse o que fosse, nem gasolina, nem gasóleo, nem nada disso. O que eu disse, e bem, foi que a governança da Câmara e volto a dizê-lo porque está cá nos documentos, está escrito nos documentos, gastou naquela Gop em concreto aquele montante. Então não está nos documentos? Não fui eu que fiz os documentos. Quem fez os documentos foi a Câmara Municipal. Portanto, volto a repetir, aquilo que disse. É natural que não possamos ter comparativos com orçamentos anteriores neste município em tempos de pandemia porque não havia pandemia. Acho que isto é lógico. Eu só posso comparar a execução naquele momento em situações concretas e iguais. Portanto, estar a dizer que “no passado não faziam não sei o quê”, claro não havia pandemia, então como é que nós podíamos fazer. Portanto essa é a outra nota que eu queria deixar.

Ao senhor deputado Araújo quero dizer-lhe, já agora, que é bom ouvi-lo novamente aqui neste púlpito onde tem intervindo menos. Eu gosto muito de o ouvir. Sendo eu também professor de português, aparelho, estrutura e esse tipo de palavras são exactamente iguais. Cada um mete a conotação que quer meter. Eu quando estava a falar de aparelho, estava a falar de estrutura, de aparelho, de composição, daquilo que quiserem da Câmara Municipal. Eu quero que fique aqui essa nota. Porque disseram aqui que eu tinha, não sei se mentido ou omitido a verdade, que me digam qual é a mentira que eu disse relativamente aos documentos que estão aqui, que eu li, porque pode ser que aconteça que os documentos que me foram enviados a mim, sejam diferentes dos documentos enviados aos outros deputados.”

Nesta altura da reunião, o senhor Vereador Hugo Carvalho, quis usar da palavra, mas o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse-lhe que os senhores Vereadores só têm direito ao uso da palavra se autorizados pelo senhor Presidente da Câmara. Como isso, até ao momento ainda não aconteceu, o senhor Vereador não poderá usar da palavra. Se for autorizado pelo senhor Presidente da Câmara, por mim fala.

ERCÍLIA COSTA – PS

No uso da palavra disse: "Dois apontamentos apenas. O discurso do senhor Presidente tão exaltado, tão inflamado, é demonstrativo, independentemente da razão que lhe assiste, ou não, da falta de respeito que tem para com todas as pessoas aqui presentes. Segundo, quero dizer que o discurso proferido pelo Doutor Araújo e pelo deputado Carlos Carvalho, relativamente às intervenções da bancada de alguns elementos da bancada do Partido Socialista e nomeadamente uma gravidade extrema relativamente à possibilidade da intervenção e da participação dos Vereadores no executivo revela claramente uma postura de intolerância em relação à opinião diferente. Eu nunca aqui viria julgar dessa forma a bancada do PSD. Terceiro, que fique aqui registado que o Senhor Presidente da Câmara, não deu a palavra ao senhor Vereador do Partido Socialista Hugo Carvalho, como lhe foi solicitado para a defesa da honra. Em mandatos anteriores, essa autorização foi dada. Que fique registado que para a defesa da honra, porque efetivamente foi aqui abordada a prestação dos Vereadores do Partido Socialista, não foi dada a palavra. Por isso, lamento profundamente, que se venha aqui desta forma achincalhar, porque vocês condenam, mas isso não traz mais valia. Aquele discurso que vieram aqui fazer, não traz mais valia nenhuma, absolutamente nenhuma. Parem de julgar e façam com o confronto político porque aquilo que estamos aqui a debater e que respeitamos e que vocês tenham ideias, opiniões, análises diferentes, completamente diferentes. Mas é isto a democracia agora? O que não se admite é este tipo de comentário, este tipo de postura, desculpem, não se admite. O Doutor Araújo a certa altura até parecia a virgem ofendida, "*porque vocês vêm dizer*", mas não, estamos livres de manifestar a nossa opinião? Sinceramente, lamento o que se passou aqui nesta Assembleia. É só."

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** dirigiu-se à Assembleia para dizer que, relativamente ao pedido de uso da palavra do senhor Vereador Hugo Carvalho, esteve a consultar o Regimento da Assembleia e que este, no seu artigo 20º sobre a - *participação dos membros da Câmara Municipal* - diz no ponto número 5, "*que os Vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra*". Isto é um direito que está explanado no Regimento que nós aprovámos. Ora, se o senhor Deputado, Hugo Carvalho diz que quer defender a honra, e tem 10 segundos para o fazer, eu dou-lhe 30 segundos. Faça-o rapidamente.

HUGO CARVALHO – VEREADOR

No uso da palavra disse: "Muito obrigado senhor Presidente, por retificar o lapso que tinha incorrido. E eu não demorarei muito tempo, nem farei considerações políticas de desenvolvimento da Assembleia, porque isso não me compete a mim, compete aos senhores deputados municipais. Eu não solicitei em primeira medida a defesa da honra ao senhor Presidente da Assembleia, por cordialmente referi ao Senhor Presidente da Câmara se me cedia algum tempo, apenas para responder à afirmação concreta do nome que foi colocado. Eu como sou institucionalista, acho que a defesa da honra deve ser invocada apenas nas razões em que ela é estritamente necessária, entendi que o procedimento mais correto era a cultura democrática de pedir a palavra ao Senhor Presidente e não iria falar de mais nada que não aquilo que foi a interpelação, a desconsideração que aqui um deputado municipal procurou fazer. Infelizmente, a cultura democrática não subsistiu. Subsistiu no órgão Câmara Municipal, que eu lamento, mas fe-

lizmente o Regimento e a nossa democracia, qualifica-se quando nós, nos órgãos próprios, colocamos as alíneas que permitem essa mesma defesa da honra. E agora, ultrapassadas as questões formais, gostaria de responder nos tais dez segundos porque disse ao Senhor Presidente que não demoraria mais. O senhor deputado António Araújo, quando estava lá fora, disse, tenho a certeza absoluta que o senhor deputado António Araújo vai fazer precisamente isso. Já o fazia no passado aos Vereadores do passado, dizia que os melhores eram os anteriores e só não diz mais para trás, porque chega um ponto em que era ele, e aí sim, havia toda a qualidade. Mas eu sou um membro da Assembleia Municipal há muito tempo. E antes de exercer as funções de Vereador. As atas dos mandatos em que teve responsabilidades na Câmara Municipal, o único local onde tem oportunidades de as ler, antes de saber que elas serão públicas. Devo-lhe dizer, já fez análise a relatórios de contas que se cingiram a uma mera pergunta de retórica e portanto, vir questionar, que os Vereadores do Partido Socialista não fazem um trabalho sério de oposição e que não têm capacidade como o que foi feito, é do mais profundo lamentar que devia ver aquilo que foi no passado, aquilo que é a sua atuação.”

CARLOS CARVALHO - PSD

No uso da palavra disse: “Senhor Presidente, vai-me permitir que lhe diga, mas lamento que tenha sido concedida a palavra para defesa da honra quando não se veio aqui defender a honra. O que aqui foi defendido foi a posição do Partido Socialista. Foi isto, foi que o senhor Vereador Hugo Carvalho veio aqui fazer. Nesse sentido, eu não posso mais do que me solidarizar com os colegas membros desta Assembleia Municipal do Partido Socialista, precisamente do Partido Socialista, porque aquilo que eu entendo aqui é que está a ser passado um atestado de incompetência às vossas qualidades enquanto membros desta Assembleia Municipal e lamento muito por isso, porque foi isso que acabamos de assistir. Em segundo lugar, eu quero lembrar e se calhar vai ser preciso auscultar aquilo que está a ser dito e gravado em áudio, para que efetivamente ouçamos o que foi dito e insinuado. Nós também sabemos que, em discurso político, muitas vezes se fala nas entrelinhas e foi isso que veio aqui fazer o colega Cândido Zoio. Veio insinuar que o peso da estrutura/festa, a expressão utilizada foi maior do que os apoios sociais. E nós temos que ter consciência que, por exemplo, quando falamos de reabilitação de edifícios, aquisição de gás, de combustíveis, etc. não ficou entendido naquilo que ele disse que estava a contemplar estes factos. Foi clarinho para toda a gente que estava a insinuar, volto a dizer, e eu fico com as expressões, não tenho problema nenhum com as expressões que digo, porque eu digo-as, não as deixo em meias verdades e essa é uma grande diferença do Partido Social Democrata para o Partido Socialista. É que vocês não debatem ideias e depois a Doutora Ercília veio aqui dizer que quer um debate de ideias. Muito democrático. Que é a intelectualidade, aquela coisa superior que muitas vezes o Partido Socialista gosta de abraçar e vem do 25 de Abril e do almoço do 25 de Abril, entusiasmados com isso, e eu também me entusiasmo muito com a liberdade, mas a vossa liberdade não é maior que a minha liberdade ou a dos deputados do Partido Social Democrata. Essa é que é a questão. Temos todos a mesma autoridade para falar de liberdade, e em democracia. Essa é que é a questão. E o que eu não vou aceitar é que se venha insinuar e depois

se fuja com pezinhos de lã para ir embora. Como eu deixei ali a dica, fica nas atas e está feito, porque foi exatamente isso que veio cá fazer. Sabe-o. Que não o queira admitir, eu já aceito. Acho que nem precisamos de mais conversa porque está claro para todos o que estamos aqui a assistir. E aquilo que o Partido Socialista mais uma vez vem fazer é não debater ideias, como fez e os amarantinos mostraram isso já em duas eleições. Não vem, debater ideias, vem querer debater pessoas, e falam dos membros da Vereação, falam dos membros da bancada do Partido Social Democrata, falam de mim, falam do Dr. Araújo, falam; é o que é. Mas não há problema, porque Amarante faz-se e com o trabalho que o Executivo Municipal tem vindo a fazer. Não se faz com estas atoardas de quem não tem mais a dizer do que deixar as coisas meias ditas, porque, foi isso, que o senhor deputado veio cá fazer por muito que queira dizer que não, foi claro para toda a gente. Todos nós percebemos onde queria chegar. Mas digo-lhe uma coisa, orgulhamo-nos nós do trabalho que está a ser feito e vão-se orgulhar muito os próximos Amarantinos do trabalho que está a ser feito agora, porque a grande diferença é que nós estamos a fazer futuro, enquanto que outros fizeram só o presente sem alicerces muitas vezes para o futuro. É a grande diferença.”

VITOR REI - PSD

No uso da palavra disse: “Quanto à questão da defesa da honra, e para que fique para futuro, e que aqui foi invocada não existiu. É precisamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que compete verificar se de facto existiu, honra e não podemos confundir com crítica política. Se existiu de facto o ataque à honra de qualquer partido, de qualquer deputado, ou de qualquer Senhor Vereador, deve aí ser decidido se se deve ser usada a figura jurídica da defesa da honra, que tem obviamente que ser muito restrita. Eu julgo que aqui não se justificava, porque aquilo que existiu foi uma crítica política. E quanto à questão de política também muito rapidamente dizer que de facto é pena que o Partido Socialista constantemente, em quase todas as Assembleias Municipais, quando não tem uma crítica política para fazer, vai sempre para o ataque. Seja direto, seja indireto, às pessoas que governam o município. Isso apenas demonstra que o Partido Socialista nem acredita naquilo que foi o seu programa eleitoral, porque se viessem aqui e dissessem assim: fizeram isto, mas deviam ter feito aquilo. Não. É que nem sequer se vê da parte do Partido Socialista qualquer outra proposta a dizer - olhe, fizeram esta estrada, mas não deviam ter feito esta. Deviam ter feito aquela. Deviam ter investido o dinheiro aqui ou acolá. Todas as Assembleias Municipais, são guiadas pelo Partido Socialista para este tipo de questiúnculas e acho que isso, salvo devido respeito e acho eu que não afetei a honra de nenhum de vocês. É que não seria nem foi esta a nossa forma de fazer oposição enquanto estivermos do outro lado.”

ANTÓNIO ARAÚJO - PSD

No uso da palavra disse: “Parece que esta Assembleia animou um bocadinho, mas é o seguinte: eu estou aqui a fazer análise política, não estou aqui a fazer análise pessoal mas, na análise política, tenho a minha opinião. Sei politicamente e quando falo de análise falo de capacidade e competência política e sei politicamente, quando é que uma argumentação está mais profunda, mais sustentada e quando está menos e isso qualquer pessoa, sabe. Foi isso que eu fiz aqui. De facto, eu não gosto muito des-

te tipo de insinuação, meias verdades, meias palavras. Eu acho que nós aqui devemos falar olhos nos olhos, peito com peito, cara com cara, com coragem e abertos. É assim que se deve fazer política. É assim que eu faço. Depois, também sobretudo quero dizer aqui que o Carlos Carvalho já disse o que devia dizer sobre a defesa da honra. Registo já agora, que o senhor Vereador Hugo Carvalho, apesar de não falar, está constantemente nos apartes, se calhar isso até nem tem mal nenhum. Porventura, na Assembleia da República, fará o mesmo. Por mim não tem problema nenhum. Agora eu vinha aqui realçar a coerência política, não a pessoal ou a falta dela. Porque reparem, a senhora Deputada, Dra. Ercília Costa, veio aqui, e bem, indignar-se que não foi concedida a palavra ao senhor Vereador e devia ter sido concedida, mas não alegou o argumento jurídico regulamentar que era a defesa da honra. Defendeu a liberdade de expressão, e que devia ter sido concedida a palavra. Eu também defendo isso, senhora deputada. Subscribo 100%. O problema sabe qual é senhora deputada? É a coerência política. Reunião da Assembleia Municipal de 29/06/2010 - Doutora Ercília Costa, Partido Socialista. Estou a ler a ata. Estava em causa dar a palavra ou não, ao senhor engenheiro Jorge Mendes, saudoso Jorge Mendes, que esteja em paz, numa reunião da Assembleia em que ele pediu a palavra e o senhor Presidente da Câmara na altura não lhe deu a palavra. No uso da palavra *"disse que concordava com os princípios da liberdade de expressão. Apesar disso, parece-lhe que requerimento não tem razões suficientes nem justifica os motivos do uso da palavra por parte do senhor Vereador votará contra"*. Era só isto."

JOÃO LEITE – CDS/PP

No uso da palavra disse: "Quero apenas dar nota do seguinte: a bancada do CDS não se sentiu de alguma forma ofendida nem com as palavras dos senhores deputados, nem com o discurso do Senhor Presidente. Quero também dizer que no discurso e no debate político é normal que porventura, a certa altura, as coisas tomem um caminho um bocadinho mais pessoal. Que por um lado, e já que também se falou de conexão daquilo que é feito a nível pessoal, mostra de alguma forma que o trabalho feito pelo Executivo é sério, porque senão o Presidente não tinha a necessidade de ficar chateado com aquilo que ouviu, com significado ou sem significado, com entrelinhas ou sem entrelinhas. Apenas dizer que isto é a política no seu melhor. É aqui a casa onde se faz democracia. É aqui que as ideias são discutidas. É aqui que as pessoas se exaltam porque discutem política."

CÂNDIDO ZOIO - PS

No uso da palavra disse: "A bancada do PSD veio aqui dizer que eu, pessoalmente, atacava nominalmente as pessoas, sendo certo que eu nunca falei aqui em nomes a não ser elogiar a intervenção do Dr. Araújo, que prezava muito, e que gostava de ouvir. Nunca disse que nenhum deputado do PSD mentia. E também gostava que aqui os deputados do PSD viessem cá dizer onde é que eu menti, porque ainda não me disseram até agora. É que eu aqui discuti política efetivamente. E vi a execução das GOP e disse onde é que se estava a gastar mais e onde é que estava a gastar menos. E são estas as opções políticas que vão ser escortinadas daqui a três anos pelos Amarantinos, aquando da votação para o próximo executivo camarário. O segundo ponto é que

é muito triste dizer da qualidade, ou seja, não vimos aqui, na condição de deputado, mas de comentador político. Isto é, eu não venho aqui, eu vim. Olhei para o relatório e descortinei. Os senhores deputados do PSD vieram aqui fazer uma posição não de deputado para o qual foram eleitos, o que certamente aos amarantinos não deve agradar muito essa situação, porque vem aqui numa posição de comentador político, ou seja, não gosto da qualidade daquele senhor deputado, aquele exalta-se muito, aquele fala demais, aquele não diz nada, portanto, é o que veio aqui a bancada do PSD fazer. Deixem-me dizer, excluindo a intervenção do senhor deputado, que veio aqui fazer uma análise de tudo, do relatório. Mas o seu líder parlamentar e depois o Dr. Araújo, vieram aqui fazer comentário político. Esta casa é uma casa da democracia, e bem. O Partido Socialista foi um fundador da democracia. Eu até vejo com alguma tristeza que o CDS veio aqui dizer também o que é que era a democracia, que era isto, infelizmente, está agora impedido de entrar na casa maior da democracia. É pena, é pena, porque eram necessários partidos dessa responsabilidade. E agrada-me que esta coligação tenha sido feita em Amarante e deixe-me dizer, Senhor Deputado do CDS, porque pode ser que coloque algum juízo na cabeça. de alguns senhores deputados do PSD."

JOSÉ AUGUSTO OLIVEIRA ARAÚJO - PS

No uso da palavra disse: ". O senhor deputado Carlos Carvalho PSD fala na cotação das palavras e ficou muito constrangido com cotação da palavra aparelho. Eu fico constrangido com a cotação da palavra incompetente. Quando o senhor deputado diz que nos estão a passar aqui um atestado de competência, no caso da pessoa do Vereador Hugo Carvalho, o senhor está indirectamente a dizer que as pessoas que votaram em mim também são incompetentes. Cuidado com a cotação das palavras ou então quando as diz, não use ou não peça aos outros aquilo que não faz. Quando as diz, seja claro. O senhor, deputado disse que o senhor Vereador, Hugo Carvalho, nos estava a passar um atestado de incompetência. Tenha cuidado com o que diz. Está eventualmente a dizer que o deputado Hugo Carvalho está a passar um atestado de incompetência às pessoas que votaram em mim e nos meus colegas. Tenha cuidado com esse tipo de palavras, porque o senhor também não gosta das outras cotações. É só isso que eu tenho a dizer. Portanto, dê o exemplo."

CARLOS CARVALHO - PSD

No uso da palavra disse: "Senhor Presidente, eu registo que afinal há sempre uma primeira vez para tudo. Eu registo o tom de ameaça. Vim aqui solidarizar-me com a bancada do Partido Socialista, porque eu no lugar deles, sentir-me-ia, como se me tivesse sido passado um atestado de incompetência mediante aquilo que foi a defesa de honra, que não foi a defesa de honra do vereador do Partido Socialista. Clarinho, foi isto que eu disse."

ANTÓNIO ARAÚJO - PSD

No uso da palavra disse: "Já vai longa a hora, mas queria dar um tom ligeiro ao que aqui está a acontecer. De facto, o senhor Deputado Cândido Zoio, veio aqui mentir, desculpe que lhe diga. Quando veio aqui dizer que gosta de ouvir as minhas intervenções, isso é uma mentira. Isso é uma rotunda mentira, senhor Deputado. E também

ninguém disse que aquilo que o senhor disse era mentira. Disseram foi, que o senhor disse meias verdades e fez insinuações, deturpou e distorceu a verdade. Ninguém diz que o senhor mentiu. Agora, mentiu de certeza quando disse que gosta das minhas intervenções.”

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE - PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente usou de novo a palavra para dizer que a cultura democrática não passa por contorcionismo retórico e aliás, aqui o senhor Vereador Hugo Carvalho tratou de demonstrar que a razão estava do meu lado quando eu recusei a dar-lhe a palavra.

Não havendo mais inscritos para usar da palavra, o senhor Presidente pôs a proposta de imediato à votação e obteve o seguinte resultado: **Votos contra: 0 (zero), Abstenções: 21, Votos a favor: 27**

Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Os trabalhos continuaram e nesta altura o senhor deputado Cândido Zoio pediu a palavra para propor que os pontos da ordem de trabalhos números 3 e 4, fossem discutidos e votados juntos, uma vez que a bancada do PS os votará favoravelmente, dispensando qualquer intervenção nestes dois pontos.

O senhor Presidente perguntou à Assembleia se aceitavam a proposta, ao que todos responderam que sim. Assim, o ponto número 3 - **Análise, discussão e votação da proposta da Câmara respeitante à segunda alteração aos Estatutos da AMBT – Associação de Municípios do Baixo Tâmega** e o ponto número 4 - **Análise, discussão e votação da proposta da segunda alteração do Mapa de pessoal do ano de 2022**, foram votados em simultâneo tendo sido aprovados por **UNANIMIDADE**. Foram ainda votados em minuta, para produzirem efeitos imediatos, também por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA AQUISIÇÃO DE TERRENO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO GONÇALO, CEPELOS, MADALENA E GATÃO

Relativamente a este ponto, o senhor Presidente da Assembleia, o senhor deputado Pedro Barreira Morais e o senhor Luís Coelho, substituto nesta assembleia do senhor Presidente da União de Freguesias de S. Gonçalo, solicitaram autorização para se retirarem da sala por fazerem parte dos órgãos sociais da instituição para a qual se iria discutir a aquisição de um terreno. Assumiu a Presidência da Mesa da Assembleia o senhor deputado e primeiro secretário Carlos Macedo. Assim, começou por usar da palavra a senhora deputada Ercília Costa do PS, que fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra:

ERCÍLIA COSTA - PS

No uso da palavra disse: “A aquisição das duas parcelas de terreno, pelo valor de 1.1000.000€, representa um elevadíssimo investimento para o município, pelo que importa refletir acerca dos seus pressupostos:

- A ideia de que se deve comprar para se tentar encaixar, naquele espaço, um imóvel estratégico para o quartel dos Bombeiros Voluntários de Amarante, bem como a concentração de todos os serviços operacionais do município.

- Nesta fase, desconhecem-se as possibilidades reais de concretização de edificações no terreno a adquirir e as dificuldades de concretização de investimentos fruto da atual conjuntura de preços do setor da construção, como foi reconhecido pelo Exmo. presidente da câmara, o que leva às seguintes questões:

1. O artigo 39.º do PDM define, como um dos usos compatíveis dos espaços florestais de produção, na al. e), os equipamentos de utilização coletiva que, pela sua natureza e dimensão, não seja possível implantar em solo urbano ou em espaço de equipamentos, tendo que ser devidamente fundamentada a ausência de alternativas de localização. Sendo obrigatória essa fundamentação, onde se encontra?

Esta exigência da lei mostra que os espaços florestais de produção devem fundamentalmente acolher instalações adequadas a esses espaços, como as instalações diretamente adstritas às explorações agrícolas, pecuárias, florestais ou de recursos geológicos e empreendimentos turísticos isolados nas tipologias de turismo de habitação e de turismo em espaço rural, que consideramos ser a ocupação mais consentânea para esses espaços, como bem é referido no relatório de avaliação, página 15.

2. A concentração de todos os serviços operacionais do município são um investimento importante e imprescindível, nesta fase, para o município? No nosso ponto de vista, consideramos que não.

3. Não considerando a área para os serviços municipais, a área disponível e o custo de aquisição são a melhor alternativa para a construção do quartel dos Bombeiros?

4. Tem a CMA conhecimento sobre deliberações aprovadas pelos órgãos sociais dos BVA que suportem a construção naquele local?

5. A concretização de um novo quartel do Bombeiros tem por base uma pesada estrutura de investimento. Conhece a CMA a estrutura financeira para a construção deste equipamento e, por essa via, dê garantias que os 1.1000.000€, a investir pela autarquia, conduzirão a uma real concretização da instalação?

6. Onde está prevista a desvalorização do terreno dos muitos espaços não edificáveis, porquanto há necessidade de assegurar os afastamentos às vias municipais e à autoestrada?

7. Não estando em causa o apoio financeiro da CMA para a concretização deste importante equipamento de proteção civil, questionamos quais as soluções alternativas que foram estudadas e se existe algum estudo comparativo (funcional e financeiro) que aponte para uma solução em detrimento de outras?

8. Não deixamos de registar que a avaliação imobiliária apresentada é elaborada tendo por base o custo de 96,68€/m² para terreno de construção, na dimensão de quase 6 mil m² e de 21,48€/m² para o terreno de produção florestal, cujo valor consideramos ser grandemente exagerado e que fará com que, a partir da compra, aumente a especulação imobiliária.

9. Na avaliação, nada é referido como custo pela regularização dos terrenos até uma cota razoável para implantar quaisquer que sejam as edificações.

10.Finalmente, e não menos importante, questiona-se se será correto e ético permitir uma alteração do uso dos solos pela via da revisão do PDM e posteriormente vir a mesma entidade (CMA), que propôs a alteração, apresentar uma proposta de aquisição dos mesmos terrenos com um valor muito superior ao que supostamente tinha antes da revisão do mesmo?

Tendo por base um relatório de avaliação, em que muitos cálculos persistem em não estar corretos, e os aspetos referidos, nomeadamente a ausência de fundamentação exigida, artigo 39.º do PDM, e considerando que os terrenos, localizados na principal entrada da cidade, irão ser totalmente transformados, devido à construção de equipamentos e estaleiros, deixando uma imagem degradante que envergonhará o slogan “Sinta-se convidado”, pelo que votaremos contra a proposta de aquisição.”

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Eu não sabia e queria felicitar a Câmara, porque, uma vez que tem intenção de comprar um terreno é porque têm disponibilidade económica, terreno esse onde um dos destinos será instalar os bombeiros, o que eu acho muito bem e por isso felicito a Câmara. Não sabia era que os senhores deputados do PS estão contra isso. Mas eu acho, que nesta altura, nos tempos que correm, é uma prioridade investir em instituições como os bombeiros e eu nem sei se a competência seria da Câmara, mas não seria pelo menos só da Câmara, mas acho muito bem que a Câmara complemente a competência central e dê uma ajuda aos bombeiros. De facto, lá está o que eu tinha dito há bocado. Portanto, eu acho que a senhora deputada veio aqui em parte ler a justificação de voto dos senhores Vereadores do Partido Socialista. Não sei se foi na íntegra, mas pelo menos pareceu-me que todo o aspecto e todo o teor dessa comunicação estava aqui também. Lá está o que eu digo, a argumentação. Quando se fala que se vota contra e se argumenta, temos de ter alternativas. É grave o Partido Socialista de Amarante, votar contra a aquisição de um terreno em que, ainda por cima, um dos destinos é instalar os bombeiros. Como é grave, a argumentação devia apresentar alternativas. Depois, faz aqui um processo de intenções, grave e terrível, porque é preciso ver o que dizemos aqui. A revisão do PDM foi em 2017 e já nessa altura a Câmara tinha a intenção de valorizar este terreno e comprá-lo depois mais caro. Senhora deputada, então este processo tem de ir ao Ministério Público, porque nós aqui não somos juízes nem tribunais. Está a ver insinuação de que eu falo. Devia ter dito isto olhos nos olhos, de forma aberta e não insinuar. Isto é muito grave e exige responsabilidades de quem o diz.”

ERCÍLIA COSTA – PS

No uso da palavra disse: “Primeiro, em momento algum eu referi que não era necessário considerar a necessidade do novo quartel para os bombeiros, em momento algum na minha intervenção. Em relação àquele blá blá blá que é o seu blá blá blá, mas que não é o meu, eventualmente que sim, que aproveitei aqui a declaração de voto do Partido Socialista, porque nós articulamos as nossas intervenções, mal seria que assim não fosse e entenda aquilo que eu efetivamente disse. Primeiro a questão: o PDM artigo 39º, obriga a que, utilizando espaços de produção florestal não estou a falar do espaço urbano, espaços de produção florestal que são como se compreende

destinados em primazia a outras funções, não a construção de equipamentos colectivos e compreende-se porquê. O senhor certamente já olha para aquele monte como eu olho. Vai ver como aquilo vai ficar, aquele pulmão verde de Amarante. Vai ficar ali um estaleiro. O que o PDM diz, é que tem que ficar comprovada que não há alternativa. Tem que ser fundamentada a ausência dessa alternativa. É referida essa fundamentação? Conseguiram encontrá-la? Eu não, por isso venho aqui reafirmar o que disse. Segunda questão também senhor deputado Araújo - em relação aqui à situação que eu disse referente à revisão do PDM. É claro que eu, em momento algum, disse que a Câmara Municipal fez uma alteração, ou uma proposta de alteração ao PDM para a seguir vir comprar um terreno. O que eu questiono, e posso ler novamente isso, é se seria correto e ético, mais nada. Não é por isso, senhor Presidente, considerar que sim, não faço aqui essa acusação. Reafirmar também que aquilo que não está aqui previsto e nós continuamos a querer clareza naquilo que nos pedem para votarmos. Eu não vi também em momento algum a referência à despesa que vai ser realizada. Vocês, quando vêm da autoestrada, vêm à altura daquele morro que lá está. Quanto é que isso vai custar? Quanto vai custar o acesso àquela parcela mais pequenina que fica abaixo do caminho? Aquilo é um fosso. Quanto é que isso vai custar à Câmara Municipal de Amarante? Quando é que a Câmara Municipal de Amarante vai conseguir pôr em marcha todo este investimento, visto que reconhece a grande dificuldade que há neste momento com as obras públicas? Por último: reafirmar aqui também que há lá um caminho que eu não sei, como é que aquilo irá ficar no depois da intervenção, que convém aqui também salvaguardar. Dizer também senhor deputado Araújo, mais uma vez, que quando eu levantei a questão da atribuição de subsídio foi exatamente a mesma reacção. O discurso foi o mesmo: *"o PS está contra os bombeiros voluntários de Amarante"*. O PS não está contra. O PS vem aqui pedir contas. Depois, se é tão cuidadoso em muita coisa, por acaso reparou que no relatório de avaliação as contas não batem certo? Por acaso eu tenho o hábito, quando recebo um documento, de verificar se aquilo efetivamente está correto? E não consigo ver uma conta de multiplicação do valor do terreno pela área, a bater certo. Isto no mínimo já é revelador, de alguma coisa. Por isso, eu não venho aqui levantar suspeitas. Eu venho aqui objetivamente apontar aspetos que eu considere na minha análise."

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: "Pois é, lá está. Na prática, lança-se a suspeita, a insinuação e depois não se vem fazer, nada, não é? Quer dizer, não pode ser assim. Toda a gente percebeu que havia aqui uma insinuação, acho eu. As coisas são como são. Temos de ser pragmáticos, ver as coisas de forma objetiva. A senhora tem toda a razão quando se preocupa com o PDM, quando se preocupa com o regulamento do PDM. Repare, que eu aqui não estou a fazer análise jurídica, eu aqui não sou advogado nem jurista nem técnico. Eu aqui, só estou a fazer uma intervenção política. Conveniência política é prioridade. Para mim, se é para investir nos bombeiros, é prioritário principalmente nos tempos que correm e também é conveniente politicamente, é a minha opinião. Agora, a parte de intendência acho muito bem que tudo seja salvaguardado. Todo o processo legal do urbanismo e todos os outros aspetos têm de ser salvaguardados. Esse processo tem que ser selado e salvaguardado, como é evidente.

Subscrevo a 100%. E depois há aqui um aspecto que é verdade, quando veio falar no pulmão. Isto tem uma área florestal tão grande, uma área e um potencial de construção tão grande, que com certeza a parte florestal vai se manter lá. Isso é evidente. Senhora deputada, eu saliento a sua preocupação com as contas, mas eu, racionalmente, objetivamente o Partido Socialista de Amarante, vai votar, contra a aquisição de um terreno, não quer dizer que seja por esse motivo, vai votar contra a aquisição de um terreno cujo destino é, nomeadamente a instalação do futuro quartel dos bombeiros. Foi isto que eu disse. As insinuações acho eu, são graves e por isso é preciso responsabilização e cautela, como é evidente."

ERCÍLIA COSTA – PS

No uso da palavra disse: "Senhor deputado Araújo. A questão é pertinente e vai-me permitir reforçar, que lhe pergunte novamente se acha normal estarmos aqui a aprovar uma proposta de aquisição de terreno com base num relatório que não apresenta as contas certas? Acha? Pois eu não acho. Depois, aproveitando a sua intervenção anterior, quero dizer-lhe que se a Câmara Municipal de Amarante, goza de tanta saúde financeira, que supostamente goza, porque é que propõe o pagamento faseado em 4 anos? Porquê? Mas porque é que propõe? Porque é que não pagam 2 ou 3 anos empurra mais 1 ano, para depois do fim do mandato? São as questões que nós aqui também consideramos que podem ser pertinentes."

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: "Estou com alguma dificuldade em responder aqui uma série de situações, não porque não saibam responder, mas porque é mau de mais, deixem-me dizer. Vamos lá ver as coisas como elas são. A senhora deputada vem dizer que não é ético e diz também que não quis insinuar nada. Não é ético, mas eu sou uma pessoa de bem e então, fui ali, para ficar escrito em ata, diz a senhora deputada Ercília que acha que ter mudado o PDM não é ético. O que é que a senhora está a querer dizer? Essa candura depois de a seguir a responder; acha que eu entro nisso? A Senhora foi ali e fazer uma insinuação grave. No fundo, a senhora foi dizer que este cidadão aqui, que exerce legitimamente o cargo de Presidente de Câmara, está de conluio com a direção de bombeiros, em que eu mudei o PDM já a pensar nos bombeiros e a seguir manda os bombeiros negociar e a seguir diga agora vá comprar. Deixe-me dizer que esta Assembleia é a pior que eu já vi em toda a minha vida. E olhe que eu já cá estou há muitos anos. Isto é que não é ético. Esta atitude, esta postura e estas insinuações baratas. Eu não lhe admito isso. É que não lhe admito isso. Se a senhora tem dúvidas, mande para o Ministério Público. porque eu não lhe admito isso. Porque antes de eu chegar, já se falava em instalações para os bombeiros. Havia vários sítios pensados onde, um deles é onde está até a GNR. Outros era a primeira linha da Tabopan. Inclusive mandei avaliar a primeira linha da Tabopan, só que o orçamento eram três milhões de euros, por muito menos terreno que este, com muito menos capacidade construtiva. Aqui, eu tenho de capacidade construtiva mais de 16000 m². E lá seguramente não teria 5000 e estamos a falar de três milhões. Estamos a falar de um terreno onde é verdade que o PDM alterou, assim como alterou muita coisa aqui Amarante umas permitindo outras, deixando de permitir. Eu disse já na outra Assembleia que não me vou

imiscuir naquilo que é a organização dos bombeiros. Eles têm os seus órgãos eles deliberam, eles fazem o que quiser e a Câmara Municipal não se vai imiscuir nisso. A Câmara Municipal e eu, enquanto responsável máximo da proteção civil, reconheço que efetivamente eles precisam de umas novas instalações, assim como o meu antecessor também reconhecia. Qual é a diferença entre o meu antecessor e eu? é que ele pensava, reconhecia e não fazia. E eu penso, reconheço e faço. São as grandes diferenças entre o antes e o agora. É que antes também se compravam cineteatros e ficavam 20 anos sem se fazer nada. Antes também se comprava a Adegua Cooperativa e ficava lá. Obviamente, eu cheguei, reconheci e executei. É a grande diferença, mas também compravam. Só que não executavam. Isto é terrível. E os bombeiros, e bem, entenderam e abordaram no sentido de dizer que tinham ali umas instalações que estrategicamente abordava o Concelho, abordava as freguesias de uma forma muito mais célere, indo diretamente para o centro da cidade, entrando na autoestrada tanto para poder ir para a margem direita como para a margem esquerda, que em termos logísticos, tinha uma capacidade depois de uma avaliação feita por eles, que era excepcional. Obviamente que eu, nessa reunião, disse, que eles tinham razão. É um local fantástico. Porque o é, de facto. É um local que estrategicamente os bombeiros no socorro às populações, às pessoas, ao território, têm uma capacidade realmente rápida de poder responder. Tem ainda uma outra vantagem é que têm um terreno para parques, para o edificado. É fantástico para eles poderem realmente ter condições a sério. E, portanto, a Câmara e bem, na altura disse sim, e que ia ajudar, porque é assim que a Câmara tem que fazer. Depois entendemos que realmente com a capacidade construtiva que este terreno tem, atendendo a que eu já tinha, inclusive, eu julgo que já o disse aqui neste órgão da necessidade premente de mudar o estaleiro da camara. Já agora, deixe-me dizer, quando eu cheguei, para passar de uma área para a outra, era em terra. Tinham que meter galochas. Nos estaleiros da Câmara tinham que usar galochas para andar entre as áreas do estaleiro. Eu, a primeira coisa que fiz, quando cheguei, vejam bem ao fim de décadas, foi pelo menos impermeabilizar o território ou o terreno para as pessoas terem algumas condições, melhorei as casas de banho porque havia sexo feminino e sexo masculino. Pus casas de banho decentes para os funcionários, mas mesmo assim, tendo eu feito o possível para melhorar as condições dos colaboradores do município de Amarante, não é suficiente. Mais a mais, atendendo àquilo que é a estrutura que nós sabemos, e para isso há uma palavra que vocês não sabem que é planeamento, que prepara o futuro que vocês também não sabem o que é, porque nunca planearam coisa nenhuma em Amarante. Mas eu, acerto todo o meu exercício, com base em planos e numa estratégia bem definida, tanto para a indústria, como para o turismo, como para o planeamento do território e por isso, sim, contrato consultores que me ajudam a definir e a ajudar e a alicerçar as minhas ideias para desenvolver o território. Aqui, entendi eu que havia uma vontade de adquirir um determinado terreno que depois acabou por cair. Tinha um outro que era junto à escola Amadeo Souza Cardoso, que é da Câmara, mas que olhando para um e para outro e para isso não é preciso ir a Coimbra nem pedir a um consultor habilitado para perceber qual é o melhor para as instalações da Câmara. E deixem-me dizer, se estão preocupados, porque acham que eu vou fazer um mamarracho e vou alterar o visual daquela área estão enganados. Eu não sou como antes. Aliás, deixem-me que eu no plano de urbanização

de Amarante, a minha primeira preocupação quando contratei um consultor, foi dizer que quero começar a corrigir todas as encostas para Fregim e na Madalena de forma a quem olha, não veja aquilo que nós vemos. É um dos trabalhos que está a ser feito para trabalhar em termos arbóreos, por forma a minimizar o impacto. Porque eu sim, tenho preocupações porque não basta dizer que temos que melhorar a atratividade do Concelho, é preciso ser consequente. Eu estou a trabalhar nisso e, portanto, entendi que no terreno, com esta capacidade poderíamos resolver. Falei com a direção dos bombeiros e disse - eu faço uma contraproposta, uma vez que vocês já tinham negociado. Eu, obviamente que mandei fazer a avaliação com contas certas. Com contas certas. O relatório tem contas certas. Agora é preciso perceber como é que as contas se fazem. Têm três ponderações e três critérios de avaliação e depois há médias ponderadas. Se calhar é aí que se enganaram ao fazer as médias. Mas não interessa. Nesse pressuposto, falei com os bombeiros dizendo-lhes, que se calhar também resolvia o problema da Câmara Municipal de Amarante, que se estrategicamente é fundamental para os bombeiros na abordagem ao território, o mesmo se aplica para a Câmara. Em termos de estratégia de abordagem para o território, o mesmo se aplica para a Câmara. Concordaram e disseram que não precisavam da área toda. Irão precisar de 7 a 8000m². O restante ficará então para a Câmara e que, obviamente, além das instalações da Câmara, vão permitir muito mais que isso. Vão permitir também ter ali uma zona de estacionamento para os funcionários todos da Câmara, em que também em épocas festivas em que é preciso ter um grande parque de estacionamento antes da entrada na cidade, temos ali a possibilidade também de o ter e com outra vantagem, é que se agora ficam envergonhados, vejam lá o estaleiro naquele sítio, mas não ficam envergonhados com estaleiro no sítio em que está, que está efetivamente na entrada da cidade. Obviamente, aquele espaço irá ser requalificado como entrada da cidade. Portanto, não se preocupem com o pulmão verde. É que o pulmão verde vai continuar a existir. Mais a mais, sou tão criticado por pedir empréstimos, mas eu tenho aqui uma proposta em que não peço empréstimos. Eu não peço, eu digo, que a Câmara vai comprar sem empréstimo. E agora estão preocupados, com um prazo de quatro anos, e pergunta-me porque é que eu não pago logo. Se querem assim, estão-me a pedir para eu pedir um empréstimo. Porque eu não tenho disponibilidades, de tesouraria para pagar assim. Tenho para pagar agora 300000 euros, tenho para pagar 300000 euros para o ano que vem, tenho para pagar 250000 euros a seguir. E isto sim, é uma gestão equilibrada. É que eu não estou a endividar o município. Estou a adquirir um terreno pondo à disposição de duas entidades que é a Câmara Municipal de Amarante e os bombeiros de Amarante para edificarem lá no terreno. Mas veem-me dizer assim, "*mas o Senhor Presidente diz que as obras estão muito Caras e então faz sentido?*" Eu não estou a construir, eu estou a comprar. Depois de comprar, contrato arquitectos, faz-se o projeto, aprova-se nas entidades competentes e depois tenta encontrar financiamento para a construção. Não vai ser este ano e se os senhores acham que eu compro e começo a construir este ano, obviamente não sabem, porque no passado não o faziam. Desculpem lá a provocação, mas efetivamente vocês não faziam, portanto, não sabem efetivamente como é que se faz. Meus senhores, demora anos. até estar inaugurada a obra. Porque isto passa por muitos processos, é muito burocrático. É por isso que nós agora tanto a Câmara como os bombeiros, obviamente, se for aprovado vamos traba-

lhar em cima daquilo que é a qualificação e trabalhar o espaço. É por isso que eu à bo-
cado tinha dificuldade em responder. Porque senhora Dra. Ercília Costa, há coisas que
são provocatórias. Porque a senhora, alguns são muito jovens, podem não ter experi-
ência, mas a Senhora já anda cá há muito tempo. E a senhora conhece bem as asnei-
ras que se fizeram por falta de planeamento, a falta de ambição, a falta de vontade e
falta de querer efetivamente que Amarante se afirmasse. E quando eu convido as pes-
soas a virem a Amarante, eu convido com muito orgulho. E convido a dizer que aquela
entrada vai ser altamente dignificada. A senhora não sabe, pois não sabe, porque não
está atenta ou então estão sempre mal intencionados. E por isso, meus senhores e se-
nhores deputados do PSD, eu proponho que votem favoravelmente, porque aquilo não
vai ser a devastação de nada. Vai ser edificado efetivamente, com prédios com boa ar-
quitetura, com critério e com prazer de trabalharmos entradas de Amarante. Aliás, que-
ro dizer-vos que é nisso que eu agora estou a trabalhar, nas entradas de Amarante. O
centro da cidade em termos de mobilidade em termos de asseio. Porque eu gosto mui-
to da minha terra. Eu gosto muito, até parece todo um comício, mas é verdade. É ver-
dade, Eu acredito muito neste território. Quanto a mais, os bombeiros voluntários de
Amarante, nos órgãos próprios irão deliberar, irão decidir, até porque até há bem pouco
tempo eram fantásticos, porque tinham contas equilibradas e de um momento para o
outro estão a questionar tudo, sabe-se lá porquê. Mas eu não faço parte dos órgãos di-
retivos dos bombeiros e eles seguramente irão pronunciar-se. Uma coisa é certa – para
eu para lhes entregar o terreno, eles vão ter que dizer que o querem. E seguramente
se os bombeiros não quiserem o terreno, não há problemas porque a Câmara quere-o.”

ERCÍLIA COSTA – PS

No uso da palavra disse: “De facto senhor Presidente da Câmara, eu sou uma ig-
norante que não sei o que é planear, nem sei o que é planeamento. Não sei o que é
que faço na minha vida, porque devo andar aqui, meia perdida. Depois também dizer-
lhe que não passa de um discurso verdadeiramente demagógico. Não é a questão da
crítica, e o senhor Presidente da Câmara tem que aceitar e já o referi aqui também, que
venhamos aqui discutir aquilo que efetivamente é importante e aquilo que nós conside-
ramos que deve ser discutido. Eu não estou a dizer que não fez um estudo. O que eu
disse é que este relatório, esta proposta, não refere em momento algum esse levanta-
mento de outras alternativas para justificar que se faça uma intervenção em terrenos de
produção florestal, que sabemos que são terrenos que normalmente se destinam a ou-
tros fins e excepcionalmente devem ser para equipamentos colectivos, como aqui é re-
ferido. Depois, porque também fiquei com a sensação na análise dos documentos e
das propostas que lá constam, que primeiro comprámos o terreno e vamos ver a seguir
o que é que lá vamos encaixar. Não ficou a ideia do tal planeamento prévio. Nós preci-
samos de concentrar os serviços da Câmara Municipal. Era o primeiro pressuposto. É
urgente concentrarmos os serviços da Câmara Municipal, é urgente atender ao novo
quartel dos bombeiros e então, agora sim, vamos procurar um terreno que nos possa
dar essa possibilidade. Não, é o inverso. Vamos comprar o terreno, mas o que é que lá
colocamos? Claro que o novo quartel dos bombeiros e a seguir também colocamos um
parque para estacionamento nas festas de junho, mais uma valência que foi aqui dita.
Depois também, porque quando eu fiz a minha intervenção em momento algum disse

que me estava a imiscuir. O senhor Presidente não se vai imiscuir como o Partido Socialista, não se vai imiscuir na associação bombeiros voluntários de Amarante. Agora, há uma coisa que nós aqui temos que realmente fazer que é analisar os documentos que nos são propostos, independentemente do fim a que se destina e ver se efetivamente esses documentos dão a segurança daquilo que nós queremos fazer. Por isso, volto a reafirmar, e passe a expressão, isso já é o discurso do Calimero – “*eu não aguento, eu vou atuar, tudo me ataca*”. O que eu quero aqui dizer é que ao analisarmos esta proposta, nós colocamos questões que nos parecem pertinentes e que não põe em causa nem os bombeiros voluntários, nem a Câmara Municipal. O que nós queremos aqui saber é se efetivamente estão cumpridas as normas e as regras para a aquisição desse terreno. Eu, sinceramente, quando olhei para esta proposta, lembrei-me da ata da reunião de Câmara, que terá sido em agosto de 2021 e se não estou em erro, eu li que os bombeiros solicitavam um apoio para aquisição desse mesmo terreno. A Câmara, aliás, terá deliberado a atribuição de um subsídio de 100000 euros para o início da compra, mas estranhamente, independentemente de o valor que lá estava apontado pelos bombeiros voluntários de Amarante, era 1.100.000 euros. O que eu quero aqui mais uma vez, reafirmar é que estando esta proposta na mesa e inclusive quando vi o montante 1.100.000 euros para Amarante, sinceramente é um valor que logo à partida chama a atenção e que a mim até me fez lembrar, e isto é a minha opinião pessoal, a questão dos vistos Gold. Um milhão e cem mil euros é muito dinheiro para nós, estarmos aqui a debater e a discutir.

VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse: “ Só um pequeno esclarecimento. Se a senhora deputada veio aqui dizer que já está esclarecida, o sentido de voto do Partido Socialista, será o votar contra na mesma. A senhora deputada não disse, mas uma vez que está esclarecida e que já sabe que uma parte será para os bombeiros, em princípio, e outra parte será para os armazéns da Câmara e outra será para estacionamento das Festas de Junho, porque a essas horas, não estará a ser utilizado pelos funcionários da Câmara. Julgo, senhora deputada, que não o deve dizer como uma piada. O senhor Presidente falou que o parque seria para utilizar por altura das festas do junho, porque eu não vejo os funcionários no armazém da Câmara à sexta-feira à noite, ao sábado e ao domingo a trabalhar e a estacionar ali os seus carros. O senhor Presidente disse isso como complemento. Julgo que pelo menos seria lógico, mas sua excelência decidirá qual é o sentido de voto, mas parece-me que já está esclarecida. Quanto à questão dos vistos Gold, o que é que mais lhe haveremos de dizer? É como a questão dos seus gostos pessoais. Julgo que não estamos aqui a discutir seus gostos pessoais, nem os meus, porque senão não nos entendíamos.”

Não havendo mais inscritos para usar da palavra, o senhor Presidente em exercício pôs a proposta de imediato à votação. Dessa votação apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 18, Abstenções: 0 (zero), Votos a favor: 27.** Foi ainda votado em minuta por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA NOMENCLATURA DE AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE AMARANTE DOS 2022 E 2023

Relativamente a este ponto, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. O senhor Presidente da Assembleia, Dr. Pedro Cunha, pôs o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta também por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 7 – RELATÓRIO DA AÇÃO DE CONTROLO AO MUNICÍPIO DE AMARANTE – TOMADA DE CONHECIMENTO


Relativamente a este ponto, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. Como era um assunto de tomada de conhecimento por parte dos senhores deputados, não foi alvo de qualquer votação.

Terminada a discussão dos pontos da ordem de trabalho previamente estabelecida, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião quando eram 13 horas. Da presente reunião, foi lavrada esta ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____



O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____



O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



